

**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas

**SUBSEQUENTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

**TÉCNICO DE  
NÍVEL MÉDIO EM  
INFORMÁTICA NA  
FORMA  
SUBSEQUENTE**



*Campus Manaus Centro*

**2018**

**Michel Miguel Elias Temer Lulia**  
Presidente da República

**Rossieli Soares da Silva**  
Ministro da Educação

**Antônio Venâncio Castelo Branco**  
Reitor do IFAM

**Lívia de Souza Camurça Lima**  
Pró-Reitora de Ensino

**José Pinheiro de Queiroz Neto**  
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e  
Inovação

**Sandra Magni Darwich**  
Pró-Reitora de Extensão

**Josiane Faraco de Andrade Rocha**  
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

**Jaime Cavalcante Alves**  
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

**Maria Stela de Vasconcelos Nunes De Mello**  
Diretor Geral do *Campus* Manaus Centro

**Antônio Ferreira Santana Filho**  
Diretor de Ensino  
*Campus* Manaus Centro

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 1.611 – GAB/DG/IFAM de 04 de dezembro de 2017 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

<b>PRESIDENTE</b>	<b>NEILA BATISTA XAVIER</b>
<b>MEMBROS</b>	EMMERSON SANTA RITA DA SILVA JUCIMAR BRITO DE SOUZA MÁRCIA DA COSTA PIMENTA MARTINS MIRLEM RODRIGUES RIBEIRO PEREIRA ILMA FERREIRA RODRIGUES

## SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	5
2	JUSTIFICATIVA e histórico .....	6
2.1	HISTÓRICO DO IFAM .....	7
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari .....	8
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus .....	9
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira .....	10
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL .....	11
3	OBJETIVOS .....	13
3.1	OBJETIVO GERAL .....	13
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO .....	15
4.1	PROCESSO SELETIVO .....	15
4.2	TRANSFERÊNCIA .....	16
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO .....	17
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO .....	17
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO .....	17
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	18
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS .....	18
6.1.1	Cidadania .....	19
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura) .....	20
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática .....	22
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso .....	23
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS .....	25

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais .....	29
6.3	MATRIZ CURRICULAR .....	31
6.4	carga horária do curso .....	34
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação .....	37
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	37
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL .....	41
6.7.1	Atividades complementares.....	42
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	46
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	48
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	51
7.1	Procedimentos para solicitação .....	53
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	54
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO .....	57
8.2	NOTAS.....	58
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA .....	59
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE .....	60
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	63
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	64
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....	67
10.1	BIBLIOTECA.....	67
10.1.1	Histórico e Data de Criação.....	67
10.1.2	Acervo .....	67
10.1.3	Espaço Físico e Acessibilidade .....	68
10.1.4	Serviços e Eventos.....	69
10.1.5	Regimento da Biblioteca.....	69
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	70

10.2.1	Infra-Estrutura Física do <i>Campus</i> .....	70
10.2.2	Ambientes Físicos do <i>Campus</i> .....	70
10.2.3	Laboratórios de Informática.....	70
10.2.4	Laboratório de Hardware.....	71
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO .....	73
11.1	CORPO DOCENTE .....	73
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO .....	74
	Referências .....	78

## 1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>NOME DO CURSO:</b>	Curso Técnico de Nível Médio em Informática
<b>NÍVEL:</b>	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
<b>EIXO TECNOLÓGICO:</b>	Informação e Comunicação
<b>FORMA DE OFERTA:</b>	Subsequente
<b>TURNO DE FUNCIONAMENTO:</b>	Noturno.
<b>REGIME DE MATRÍCULA:</b>	Semestral
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:</b>	1.200h
<b>CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:</b>	300h
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES:</b>	100h
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	1600h
<b>TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:</b>	3 semestres
<b>PERIODICIDADE DE OFERTA:</b>	Semestral
<b>LOCAL DE FUNCIONAMENTO:</b>	<i>Campus</i> Manaus Centro situado na Avenida Sete de Setembro, nº 1975 – Centro, Manaus - Amazonas.
<b>DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:</b>	40 vagas

## 2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

A elaboração desta proposta de implantação do curso Técnico em Informática, baseada nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, tomou como ponto de partida o mapeamento do setor produtivo de informática na cidade de Manaus, por meio de mesa redonda, realizado em abril e maio de 2017.

Na mesa redonda organizada pela Instituição em abril e maio de 2017, onde reuniu representantes do setor empresarial, setor governamental e professores, discutiu-se o perfil do profissional Técnico em Informática que iria atuar no mercado em Manaus.

Dos debates da mesa redonda, verificou-se a necessidade de uma formação em *software*, suporte ao usuário e redes de computadores, além de relacionar esses conhecimentos técnicos com a formação mais geral, envolvendo questões como cidadania, ética e meio ambiente.

As necessidades quanto à formação do Técnico em Informática, no que diz respeito aos aspectos específicos dessa área, são as mesmas que foram observadas na sondagem de 2014. Os dados obtidos naquele ano estão sistematizados na tabela abaixo.

Quadro 1- Principais atividades de Atuação do Técnico em Informática

PRINCIPAIS ATIVIDADES DE ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA	
%	ATIVIDADE
93%	Suporte ao Usuário
87%	Suporte a Redes de Computadores
73%	Manutenção de Computadores
53%	Programação de Computadores
40%	Análise e Projeto de Sistemas

Quadro das atividades mais importantes desenvolvidas pelo Técnico em Informática em Manaus/AM levantadas em pesquisa de mercado de trabalho na área de informática em 2014.



As necessidades técnicas de dez anos atrás permanecem as mesmas, contudo, a elas somam-se a preocupação com a formação de um profissional que deve ir além da mera questão técnica, mas que amplie essa formação incluindo questões que envolvam a cidadania, a ética e o meio ambiente, não só por conta das orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, mas também em virtude das contribuições feitas pela comunidade durante a mesa redonda de 2014, que revelaram as preocupações da sociedade deste final da primeira década do século XXI.

## 2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga

Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus Coari* (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus Manaus Zona Leste* (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus São Gabriel da Cachoeira* (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

### 2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendiz de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03

de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

### 2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

### 2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a

fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

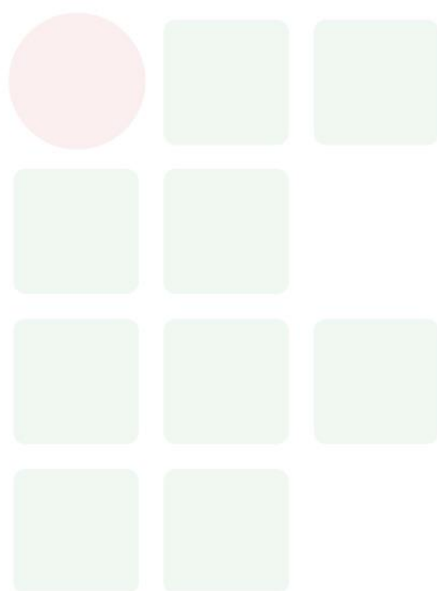
O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

## 2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.





## 3 OBJETIVOS

### 3.1 OBJETIVO GERAL

O curso Técnico em Informática tem por objetivo desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados nas mais variadas áreas de atuação no mundo do trabalho como indústria, comércio, serviços, setor público, entre outros.

Este técnico articulará os conhecimentos da área de informática com outros conhecimentos mais gerais, promovendo a formação não só técnica, mas também cidadã.

### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver senso crítico a partir de conhecimentos técnicos e científicos.
- b) Articular teoria e prática de competências e habilidades relacionadas à implementação e manutenção de sistemas.
- c) Dominar e aplicar conhecimentos capazes de legitimarem a condição de sujeitos críticos, éticos e autônomos.
- d) Realizar atividades de suporte e treinamento a usuários de informática.
- e) Instalar e configurar os componentes e periféricos de computador, sistemas operacionais e aplicativos de forma adequada, garantindo o funcionamento.
- f) Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e internet.

- g) Desenvolver *softwares* que possibilitem o tratamento automático da informação, integrando banco de dados na modelagem dos sistemas.
- h) Conhecer e aplicar técnicas de análise de sistemas a fim de auxiliar as organizações de controle e gerenciamento na tomada de decisões.
- i) Conhecer e aplicar técnicas de construção de interface homem-máquina, utilizando uma linguagem adequada para melhor utilização da aplicação.
- j) Compreender e conhecer os conceitos que envolvem a comunicação de dados e suas tecnologias, aplicando-os na instalação e administração de redes de computadores.
- k) Conhecer processos administrativos dos sistemas de gestão, garantindo a qualidade dos trabalhos.
- l) Relacionar as atividades de técnico em informática com o meio ambiente, com a ética e com a cidadania.



## 4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Nesta seção apresentamos os pré-requisitos exigidos pela instituição (escolaridade prévia, idade, etc.), ou seja, as condições a serem cumpridas pelo aluno antes do início do curso proposto, incluindo o regime de matrícula.

### 4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus* Manaus Centro ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão Geral de Gestão de Concursos e Exames – CGGCE, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de

inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames (quando aplicável), critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

#### 4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (*Intercampi*) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

## 5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Informática é o profissional que instala sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para *desktop* e servidores. Desenvolve e documenta aplicações para *desktop* com acesso a *web* e a banco de dados. Realiza manutenção de computadores de uso geral. Instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte.

### 5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Esse profissional pode atuar na prestação autônoma de serviço e manutenção de informática, em empresas de assistência técnica, em centros públicos de acesso à internet, entre outros.

### 5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Esta seção tem como objetivo apresentar as certificações intermediárias em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo, as possibilidades de formação continuada em cursos de Especialização Técnica de Nível Médio e as possibilidades de verticalização para cursos de graduação, conforme CNCT/3ª Edição 2016:

- Possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo: Administrador de Banco de Dados. Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet. Programador de Sistemas. Instalador e Reparador de Redes de Computadores. Operador de Computador. Montador e Reparador de Computadores.
- Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo: Especialização técnica em programação *web*. Especialização técnica em banco de dados. Especialização técnica em redes de computadores. Especialização técnica em manutenção de servidores e dispositivos de armazenamento.

## 6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular, representada (formatativamente) pela matriz curricular, expressa a semestralidade e a sequência das unidades curriculares, considerando a organicidade, a integração, a contextualização dos conhecimentos, a interdependência entre os temas e a viabilização do desenvolvimento de ações, projetos e pesquisas integrados em um mesmo semestre.

O avanço tecnológico dos processos produtivos é dinâmico e exige constantes revisões nos conteúdos programáticos e nas técnicas de ensino nas escolas profissionais. Estes avanços têm causado grandes impactos não só na organização e na gestão dos processos produtivos, mas também em toda a sociedade. A formação do trabalhador é influenciada por estas mudanças, e o futuro técnico deve estar preparado para se adaptar a essas mudanças.

Promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, faz parte da missão institucional do IFAM. E a presente proposta ajudará na consolidação do cumprimento dessa missão, para vencer os novos desafios impostos para a formação, qualificação e requalificação de alunos do ensino profissional.

Por outro lado, a nova estrutura curricular proposta prevê forma simplificada de entrada e saída do aluno, aproveitando ao máximo a experiência acumulada do estudante e facilitando a troca de informações entre os sistemas formais e informais de ensino e aprendizagem.

A organização da matriz curricular do curso Técnico em Informática está constituída por disciplinas do Núcleo Tecnológico, do Núcleo Básico e do Núcleo Politécnico que possibilitam uma maior compreensão das relações existentes entre os conhecimentos acadêmicos, o mundo do trabalho e contexto histórico e social no qual o futuro técnico em informática está inserido.

### 6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos

tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

### 6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB ( Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é

proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

### **6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)**

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua



integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma

identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

### 6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de



carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

#### **6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso**

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas

locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade

intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

## 6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta

com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da



realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução N° 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos

previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

### 6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.

- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Segundo o Decreto Nº 9.057/2017, que atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância - EaD no país e a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio, a oferta de Ead ocorrerá conforme a sua autonomia e nos termos da legislação em vigor.

Dessa forma, tendo o IFAM polos de educação a distância implantados e notório conhecimento na utilização de EaD, pode-se, a critério do Departamento ou devido a demandas especiais, introduzir na organização pedagógica e curricular 20% da carga horária total do curso (PORTARIA nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016) na modalidade a distância.

Poderão ser ofertadas na modalidade a distância as seguintes disciplinas, desde que a somatória de suas cargas horárias não ultrapassem o que diz o § 1º do Art. 1º da PORTARIA nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 e a Portaria Nº 18-PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017:



- Português Aplicado
- Inglês Aplicado
- Matemática Aplicada
- Informática Básica
- Fundamentos de Redes de Computadores
- Meio ambiente, Saúde e Segurança
- Projeto Integrador I
- Projeto Integrador II
- Relações Interpessoais e Ética
- Empreendedorismo

Com o intuito de respeitar a Portaria N° 18-PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017, que estabelece as Diretrizes para avaliação, elaboração e/ou revisão de Projeto Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, será ofertada o curso de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem com uma carga horária de 40 horas como curso de extensão.

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo E sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus* Manaus Centro.

### 6.3 MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);

- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10/2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

**I. Núcleo Tecnológico** (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos

instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

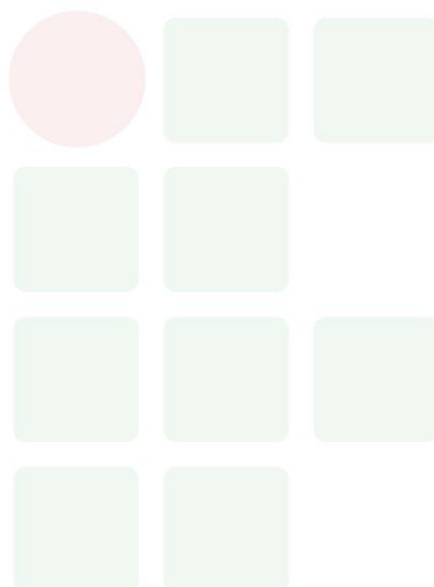
Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Sendo a reformulação e harmonização das matrizes curriculares um objetivo institucional e tendo em vista a possibilidade de migração do estudante da Matriz Curricular antiga para a proposta neste documento, faz-se necessário se estabelecer regras de transição para que não haja prejuízo ao estudante que opte pela migração. Este PPC estabelece, em seu Anexo C estabelece as orientações para o processo de transição e migração curricular.

#### 6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1200h
Carga Horária de Atividades Complementares	100h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	300h
Carga Horária Total	1600h



Quadro 2 - Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Manaus Centro							
EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA							
ANO DE IMPLANTAÇÃO:		FORMA DE OFERTA:		REGIME:			
2018		SUBSEQUENTE		SEMESTRAL			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral
			Teórica	Prática	AVA		
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008  DCN Gerais para Educação Básica  Resolução CNE/CEB nº4/2010  DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio  Resolução CNE/CEB Nº 6/2012  Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM  Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM  Catálogo Nacional de Cursos Técnicos  Resolução CNE/CEB Nº 4/2012  Lei do Estágio Nº 11.788/2008  Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM  Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	MÓDULO I	Informática Básica	20	20	-	2	40
		Algoritmos e Lógica de Programação	40	40	-	4	80
		Inglês Aplicado	20	20	-	2	40
		Português Aplicado	20	20	-	2	40
		Montagem e Manutenção de Computadores	40	40	-	4	80
		Matemática Aplicada	20	20	-	2	40
		Fundamentos de Redes de Computadores	40	40	-	4	80
	SUBTOTAL		200	200	-	20	400
	MÓDULO II	Estrutura de Dados	40	40	-	4	80
		Meio Ambiente, Saúde e Segurança	20	20	-	2	40
		Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	20	20	-	2	40
		Fundamentos de Sistemas Operacionais	20	20	-	2	40
		Programação Orientada a Objetos	40	40	-	4	80
		Introdução a Análise de Sistemas	40	40	-	4	80
		Projeto Integrador I	20	20	-	2	40
SUBTOTAL		200	200	-	20	400	
MÓDULO III	Relações Interpessoais e Ética	20	20	-	2	40	
	Programação para Dispositivos Móveis	40	40	-	4	80	
	Programação em Banco de Dados	40	40	-	4	80	
	Interação Homem-Computador	20	20	-	2	40	
	Programação Web	40	40	-	4	80	
	Empreendedorismo	20	20	-	2	40	
	Projeto Integrador II	20	20	-	2	40	
SUBTOTAL		200	200	-	20	400	
TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						1200h	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h	
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT						300h	
TOTAL						1600h	

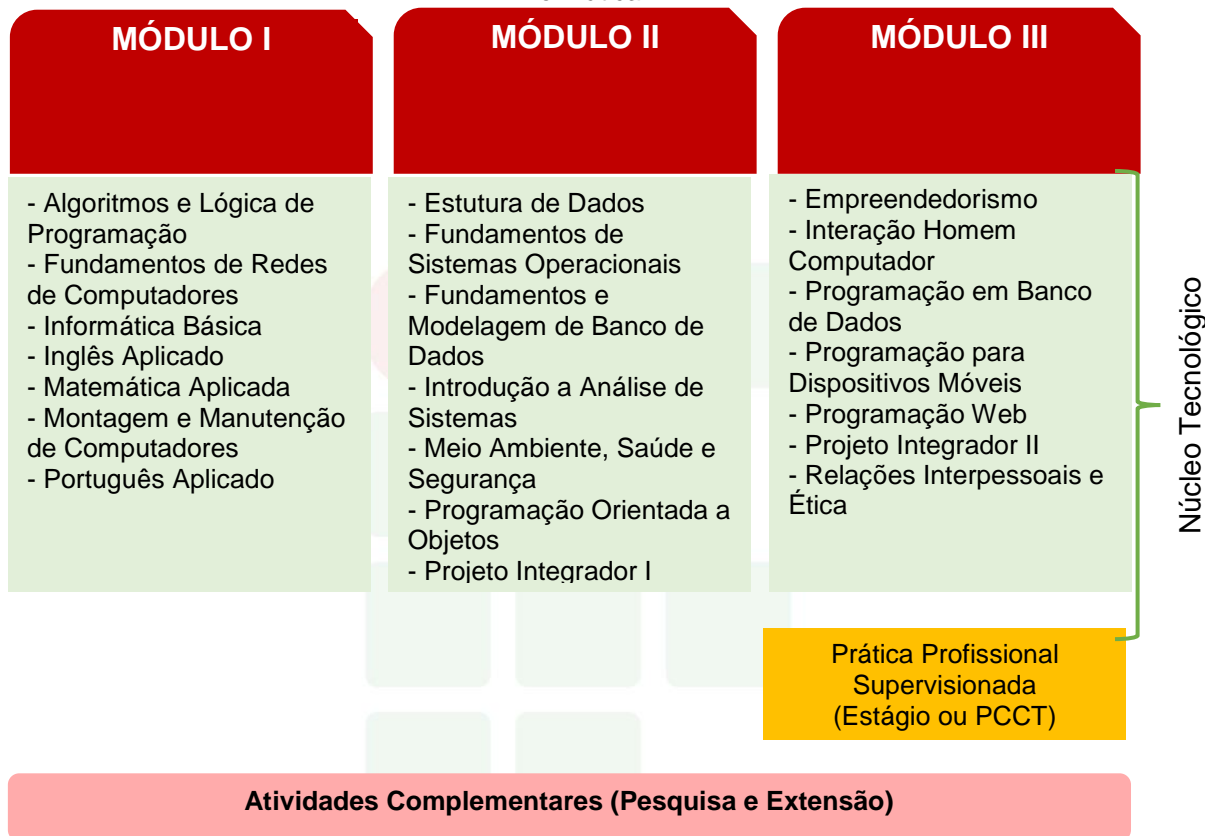
SUBSEQUENTE



## 6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Esta seção apresenta uma representação gráfica do perfil de formação do curso, o qual tem como objetivo apresentar a estrutura formativa do curso, informando a distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

Figura 1 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional
- Atividades Complementares

## 6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 3, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 3 - Ementário  
**EMENTAS**

**Curso Técnico de Nível Médio em Informática**

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
<b>Informática Básica</b>	1º	2	40	Tec
EMENTA: Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.				
<b>Algoritmo e Lógica de Programação</b>	1º	4	80	Tec
EMENTA: Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.				
<b>Montagem e Manutenção de Computadores</b>	1º	4	80	Tec
EMENTA: Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, CD-ROM, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.				
<b>Fundamentos de Redes de Computadores</b>	1º	4	80	Tec
EMENTA: Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de				



<p>protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.</p>				
<b>Inglês Aplicado</b>	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.</p>				
<b>Português Aplicado</b>	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita. Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.</p>				
<b>Matemática Aplicada</b>	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático.</p>				
<b>Estrutura de Dados</b>	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA: Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.</p>				
<b>Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados</b>	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados.</p>				
<b>Fundamentos de Sistemas Operacionais</b>	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Sincronização de processos; Threads; Gerência de memória em sistemas multiprogramados; Técnicas de gerência de memória real; Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação; Sistemas de arquivos; Sistemas de E/S; Estudo de um sistema operacional real.</p>				

<b>Programação Orientada a Objetos</b>	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento e polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.</p>				
<b>Introdução a Análise de Sistemas</b>	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.</p>				
<b>Meio Ambiente, Saúde e Segurança</b>	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Definições. Evolução Histórica. A consciência ambiental. Sustentabilidade; A sociedade; Impactos ambientais; Poluição do solo; Poluição das águas; Defesa do meio ambiente; Estocolmo 72; Modelo consumista de desenvolvimento; Legislação Ambiental; Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária, Noções de Normas Regulamentadoras, Acidentes, Riscos Ambientais.</p>				
<b>Projeto Integrador I</b>	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração e apresentação do trabalho técnico-científico. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.</p>				
<b>Programação para Dispositivos Móveis</b>	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.</p>				
<b>Programação em Banco de Dados</b>	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.</p>				
<b>Interação Homem Computador</b>	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Fatores humanos em software interativo. Padrões e estilos de interação. Atributos</p>				

de qualidade em IHC. Métodos e técnicas de análise, projeto, implementação e avaliação em IHC.				
<b>Programação Web</b>	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.</p>				
<b>Relações Interpessoais e Ética</b>	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.</p>				
<b>Empreendedorismo</b>	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.</p>				
<b>Projeto Integrador II</b>	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.</p>				

## 6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos

e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

### **6.7.1 Atividades complementares**

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à

inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no Quadro 4. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 4 - Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro.  10 (dez) horas por trabalho apresentado.  5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga



		horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	<p>4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador).</p> <p>3 (três) horas por participação em peça de teatro.</p> <p>3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema</p>	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	<p>20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.</p> <p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p> <p>30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.</p>	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.
Participação em comissão organizadora de evento técnico-	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou

científico previamente autorizado pela coordenação do curso.		coordenação do curso com a respectiva carga horária.
--	--	--

### 6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus* Manaus Centro fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 300 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e

ocorrerá a partir do 2º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com à área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente e mesmo após a conclusão das disciplinas regulares, desde que o discente encontre-se dentro do tempo de integralização total do curso, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado mediante parecer emitido pelo professor supervisor.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las. As solicitações para realizar estágio ou projeto que estiverem fora dos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Pedagógico de Curso serão deliberadas pela Diretoria de Relações Empresariais e

Comunitárias-DIREC com base nas Legislações de Estágio citadas acima com anuência da Direção de Ensino do *Campus* Manaus Centro.

#### 6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, o aproveitamento profissional terá carga horária de 300 horas e será avaliado por meio do Relatório Final, devendo estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

#### 6.7.3 **Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT**

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM *Campus* Manaus Centro. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 2º semestre do curso e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados

deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

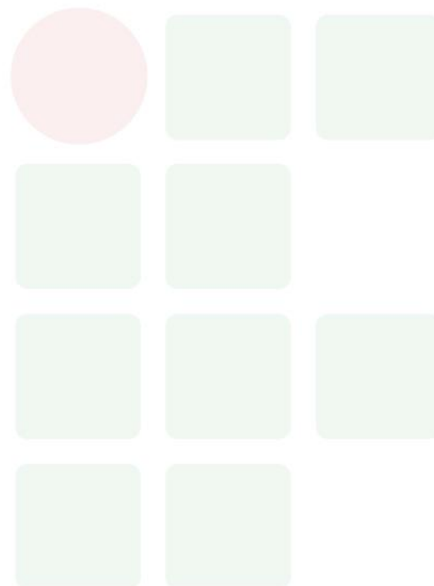
Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 300 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: 20 (vinte) horas presenciais e 280 (duzentos e oitenta) horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM *Campus* Manaus Centro não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda,

para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *Campus* Manaus Centro disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.





## 7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da

Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

## 7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

## 8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Informática segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e

aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo



mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência



e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

## 8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

## 8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

### 8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V – serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Cíveis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;

- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

#### 8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo  $2,0 \leq MD < 6,0$  em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo  $2,0 \leq MD < 6,0$  em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo  $2,0 \leq MD < 6,0$  em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS)  $< 2,0$  e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo  $4,0 \leq MFD < 5,0$  e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD)  $\geq 5,0$  nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a

75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) < 5,0 e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) ≥ 6,0 e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.



## 8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

## 9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

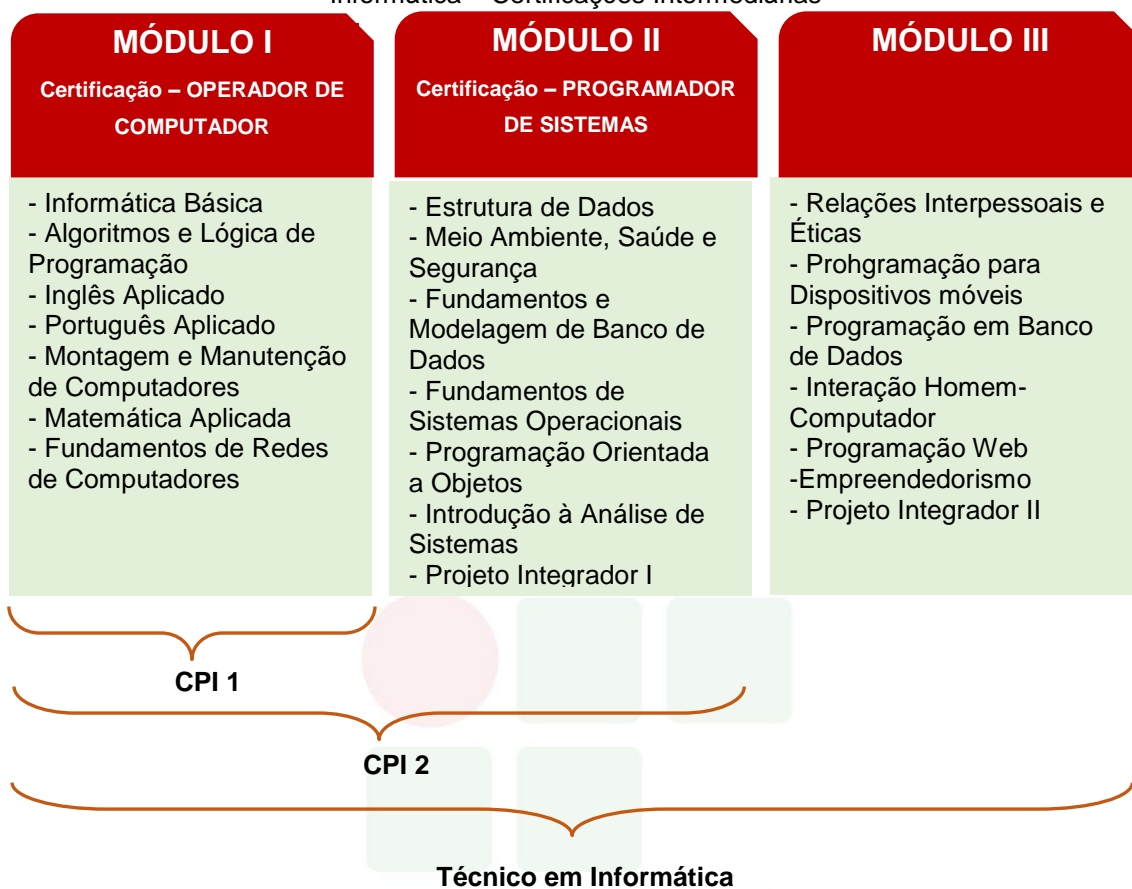
O Decreto Federal nº 2.208/97, ao regulamentar os artigos 39 a 42 (Capítulo III do Título V) e o § 2º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.394/96, configurou três níveis de educação profissional: básico, técnico e tecnológico, com objetivos de formar profissionais, qualificar, reprofissionalizar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Tendo em vista a organização em módulos (Lei Federal nº 9.394/96 - Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) do curso Técnico Subsequente em Informática, o mesmo possui caráter de terminalidade com o efeito de qualificação profissional, concedendo o direito, ao final de cada módulo, a certificação intermediária conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - O CNCT (Resolução CNE/CEB no 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB no 8, de 9 de outubro de 2014) e por esse Projeto Pedagógico.

Desa forma, as certificações intermediárias serão concedidas ao final da conclusão e aproveitamento de todas as disciplinas de cada módulo, conforme apresentado na Figura 02.

- **Certificação Profissional – Operador de Computador**
  - Requisitos: Integralização dos componentes curriculares do Módulo I
- **Certificação Profissional – Programador de Sistemas**
  - Requisitos: Integralização dos componentes curriculares do Módulo I e do Módulo II.

Figura 2 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática – Certificações Intermediárias



Em que:

**CP 1** – Certificação Profissional como Operador de Computador (Conclusão e aproveitamento de todos os componentes Curriculares dos módulos I)

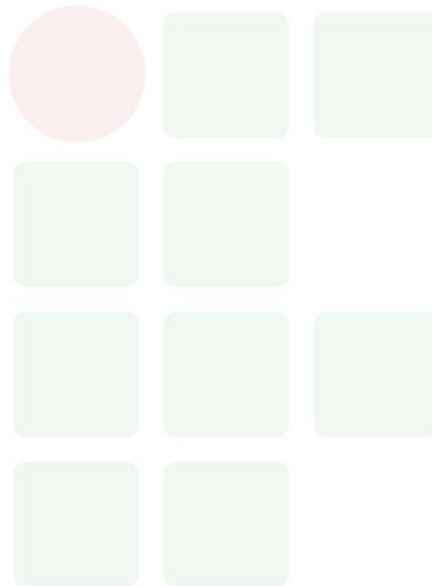
**CP 2** – Certificação Profissional como Programador de Sistemas (Conclusão e aproveitamento de todos os componentes Curriculares dos módulos I e II)

**Técnico em Informática:** Conclusão e aproveitamento de todos os componentes curriculares dos 3 módulos + Atividades Complementares + Estágio Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Informática pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso (Módulo I, Módulo II e Módulo III), integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.



## 10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A seguir apresentamos os recursos que a Instituição oferece para a comunidade acadêmica.

### 10.1 BIBLIOTECA

#### 10.1.1 Histórico e Data de Criação

Em 03 de outubro de 1935, ocorreu a criação da biblioteca escolar na gestão do então diretor Professor Luiz Paulo Sarmento. Em 1981, a Biblioteca não atendia às necessidades da clientela escolar então construiu-se um novo pavilhão e foi oficialmente reinaugurada a nova Biblioteca, agora com a denominação de Biblioteca Paulo Sarmento, em justa homenagem ao seu idealizador e fundador.

Em 2002, foi apresentada aos parlamentares da Bancada do Amazonas no Congresso Nacional uma proposta de emenda ao orçamento do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), visando a construção de um Centro de Documentação e Informação. O projeto elaborado tratava-se de uma obra concebida dentro dos novos e modernos conceitos de Biblioteca.

No dia 11 de dezembro de 2006, ocorreu o Ato Solene de Inauguração do um novo prédio, dessa forma, a antiga biblioteca Professor Paulo Sarmento deu lugar ao Centro de Documentação e Informação—CDI, que dispõe de um amplo espaço físico, acessível aos alunos e servidores.

#### 10.1.2 Acervo

O acervo do CDI é informatizado e o modo de empréstimo aos usuário da Biblioteca é presencial, sendo que o limite de empréstimo é de 4 volumes por usuário, por até 7 dias para livros, e 2 volumes por usuário, por até 2 dias para revistas e CDs. Com base nos dados de Dezembro/2017, o CDI possui periódicos (total 4.861 exemplares, dentre eles revistas em Braille), livros (total

de 29.479 exemplares), mídias eletrônicas (total de 658 exemplares, dentre eles audiolivros) e produções acadêmicas (total de 1.142 títulos).

O IFAM dispõe de um Repositório Institucional, criado por meio da Resolução N° 62-CONSUP/IFAM, de 13 de novembro de 2017, que Institui o Repositório Institucional e estabelece a Política de Informação técnica e científica do Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O ambiente de submissões para dissertações do Repositório Institucional do IFAM foi disponibilizado e por decisão do Comitê Gestor do RI as submissões iniciaram pelas dissertações dos mestrados do IFAM. Considerando que os mestrados existentes no IFAM fazem parte do Campus Manaus Centro, as atividades de depósitos na Biblioteca foram iniciadas no dia 14 de março de 2018, juntamente com seus produtos educacionais.

A aquisição de novos exemplares ocorre por meio de compras, doações e permutas. As compras são realizadas com base nos PPCs dos cursos ofertados pelo *campus*, por meio da indicação dos coordenadores de curso ou de acordo com as necessidades dos usuários. Os critérios são baseados na relevância da obra para a comunidade acadêmica, estado físico, se é uma obra rara, entre outros.

Para manter a divulgação a respeito dos livros adquiridos recentemente, a comunidade acadêmica tem a disposição o informativo “Novas Aquisições”, no qual está organizado em imagem da capa, título, resumo, número de chamada, código do livro e o número de tomo da obra. O informativo está disponível aos usuários, em formato digital, na página da Biblioteca no Portal do *Campus* Manaus Centro, no item Novas Aquisições, pelo endereço eletrônico endereço: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/sistemas/biblioteca>.

### 10.1.3 Espaço Físico e Acessibilidade

- Área construída: 2.563,64m<sup>2</sup>
- Administração (m<sup>2</sup>): 19,88m<sup>2</sup>
- Processamento técnico (m<sup>2</sup>): 15,93m<sup>2</sup>
- Usuários (m<sup>2</sup>): 360,80m<sup>2</sup>
- Acervo (m<sup>2</sup>): 520,32m<sup>2</sup>



- Nº de assentos: 274
- Cabines individuais: 27

O Centro de Documentação e Informação oferece condições de acessibilidade com atendentes treinados na Língua Brasileira de Sinais – Libras, banheiros adaptados, entrada/saída com dimensionamento adequado para cadeirantes, elevador e rampa de acesso com corrimão. As estantes do acervo e o nome da Biblioteca são identificados em Braille.

#### 10.1.4 Serviços e Eventos

O Centro de Documentação e Informação durante o ano letivo promove eventos e serviços para a comunidade acadêmica, como exibição de filmes; acesso a fontes de informação diversificadas que respaldem as atividades de ensino pesquisa, extensão, administração e de lazer; empréstimo/devolução, renovação e reserva de recursos informacionais; acesso individualizado *online* ao usuário cadastrado para realização de renovações, reservas, consultas referentes a seus empréstimos e débitos; acesso à Internet via Wi-Fi (wireless); orientação para o acesso e o uso dos recursos informacionais disponíveis; acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; acesso à base da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para visualização de normas técnicas; orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT; treinamentos para capacitação de usuários; levantamento bibliográfico; visitas orientadas (com prévio agendamento na biblioteca); catalogação na fonte - ficha catalográfica de produtos editoriais do IFAM e da produção acadêmica via *online*; catálogo *online* de Periódicos de Acesso Aberto; guarda-volumes; serviço de alerta sobre novas aquisições; disponibilização de espaço físico para a realização de exposições e eventos culturais; e Repositório Institucional.

#### 10.1.5 Regimento da Biblioteca

No presente momento de elaboração deste projeto, os regulamentos que norteiam as atividades da Biblioteca do CDI são:

- Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (Resolução n. 31 CONSUP/IFAM de 23/06/2017);

- Regulamento interno das bibliotecas do IFAM (Resolução n. 46 CONSUP/IFAM DE 13 de julho de 2015).

## 10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Esta seção apresenta a infra-estrutura, espaços utilizados para aprendizagem e laboratórios utilizados pelo Técnico de Nível Médio em Informática do *Campus* Manaus Centro.

### 10.2.1 Infra-Estrutura Física do *Campus*

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS – ( m <sup>2</sup> )	ÁREAS – ( m <sup>2</sup> )
TERRENO	25.568
CONSTRUÍDA	42.445
NÃO CONSTRUÍDA	2.744

Fonte : DAP/COPI

### 10.2.2 Ambientes Físicos do *Campus*

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
SALA DE AULA	32
SALA DE DESENHO	3
SALA ESPECIAL	11
LABORATÓRIO	48
AUDITÓRIO	1
MINI-AUDITÓRIO	2
BIBLIOTECA	1
QUADRA POLIESPORTIVA	3
GINÁSIO COBERTO	1
PISCINA SEMI-OLÍMPICA	1
PISCINA SEMI-OLÍMPICA	1

Fonte : DAP/COPI

### 10.2.3 Laboratórios de Informática

LABORATÓRIO	ITEM	MODELO	MARCA	QUANTIDADE
Lab I	Microcomputador	Lenovo – A47	IBM	21

Lab II	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	21
Lab III	Microcomputador	GA-945GCM-S2L	Gigabyte	21
Lab IV	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	21
Lab IX	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	26

## 10.2.4 Laboratório de Hardware

### 10.2.4.1 Gabinetes

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Gabinete Mini-torre sem tampa ( AT 200 W )	04
02	Gabinete Mini-torre sem tampa ( AT 230 W )	03
03	Gabinete Mini-torre sem tampa ( AT 300 W )	03
04	Gabinete Mini-torre sem tampa e sem fonte	05

### 10.2.4.2 Monitores de Vídeo

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	UIS – 14 polegadas	12
02	Techmedia – 14 polegadas	05
03	Goldstar – 14 polegadas	01
04	Arche – 14 polegadas	01
05	Samtron – 14 polegadas	01

### 10.2.4.1 Hard Disk Drive

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	SEAGATE – 1,7 GB	03
02	SEAGATE – 1,2 GB	03
03	QUANTUM – 810 MB	01
04	FUJITSU – 1,7 GB	02
05	QUANTUM – 640 MB	03
06	WESTERN DIGITAL – 2,5 GB	01
07	MAXTOR – 1,0 GB	01
08	QUANTUM – 640 MB	01
09	QUANTUM – 810 MB	01
10	QUANTUM – 810 MB	01
11	FUJITSU – 1,7 GB	01

## 10.2.4.1 Mother Board

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	VX PRO II REV: 3.0	05
02	INTEL PCI Set ( V. 5.0 )	02
03	INTEL ( V. 5.6 )	03
04	VX PRO II REV: 3.0	02
05	TX 98 – 3D REV: 1.20	02
06	INTEL V5.6	02
07	INTEL REV: 1.2	01
08	INTEL V5.0	03
09	M 396F V2.6 ( AMD 386 SX-40 )	01
10	M 396F V2.2 ( AMD 386 SX-40 )	01
11	TD 60C ( INTEL 286 – 25 )	01
12	M 326 V5.2 ( para 386 DX )	01
13	M 326 V5.5 ( para 386 DX )	01
14	M 21 94V-0 ( para Pentium )	01
15	M 321 REV: 3.1 ( AMD 386 DX-40 )	01
16	8517 REV: 2.1 ( AMD 386 SX-33 )	01

## 11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

### 11.1 CORPO DOCENTE

O *Campus* Manaus Centro conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

O Quadro 5 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 5 - Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Informação e Comunicação (Informática)	Fabiano Stingelim Cardoso	Bacharel em Sistemas de Informação	DE
	Joyce Miranda dos Santos	Bacharel em Sistemas de Informação	DE
	Jorlene de Souza Marques	Bacharel em Processamento de Dados	DE
	João Guilherme de Moraes Silva	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Mayara Letícia Paiva Magalhães	Licenciatura em Letras	DE
	Marcelo Chamy Machado	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Miguel Bonafé Barbosa	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Mirlem Rodrigues Ribeiro Pereira	Bacharel em Processamento de Dados	DE
	Ricardo dos Santos Câmara	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	20

	Rogério Luiz Araújo Carminé	Bacharel em Processamento de Dados	20
	Sérgio Augusto C. Bezerra	Bacharel em Processamento de Dados	DE
Matemática Aplicada	Judimar Carvalho Botelho	Licenciatura em Matemática	DE
Inglês Aplicado	Mayara Letícia Paiva Magalhães	Licenciatura em Letras	DE
Português Aplicado	Washington Luiz Alves da Silva	Licenciatura em Letras	DE
Meio Ambiente, Saúde e Segurança	Nidianne Nascimento Vilhena	Engenharia de Produção	DE
Empreendedorismo / Relações Interpessoais e Ética	Valclides Kid Fernandes dos Santos	Administração	DE

## 11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 6 - Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Assistente de Aluno	Cláudia do Nascimento Macedo	Graduada em Turismo	40h
	David Gonçalves Gatenha Neto	Pedagogo	40h
	Flávio Gonçalves de Oliveira Júnior	Ensino Médio	40h
	Helton José Barbosa Loureiro Praia	Ensino Médio	40h
	João Victor Loyola Fonseca Marques	Ensino Médio	40h



	Maria Lúcia Lopes de Souza	Especialista em Educação	40h
	Marli Cardoso Castro	Especialista em Gestão Pública	40h
	Nelma Loureiro Pereira	Mestre em Ensino Tecnológico	40h
	Paulo Leopoldo Nunes da Cunha	Ensino Médio	40h
	Rafaela Di Paula Lira Bomfim	Mestre em Diversidade Biológica	40h
	Rebson Bernardo de Souza	Engenheiro Civil	40h
Pedagogo – Departamento	Adriana Neves de Almeida	Mestre em Ensino Híbrido	40h
	Ilma Ferreira Rodrigues	Graduada em Pedagogia	40 h
Técnico em Assuntos Educacionais - DIREN	Allan Negreiros Cardoso	Graduado em Licenciatura em Matemática	40h
Bibliotecários	Layde Dayelle dos Santos Queiroz	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Márcia Cristina Auzier Portilho	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Mirlândia Regina Amazonas Passos	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Felipe Magno Silva Pires	Graduado em Biblioteconomia	40h
	Odimar José Ferreira Porto	Graduado em Biblioteconomia	40h
	Regina Lúcia Azevedo de Albuquerque	Graduada em Biblioteconomia	40h
Auxiliar de Biblioteca	Bruno de Lima Barbosa	Graduado em Gestão Pública	40h

	Lucas da Costa Santos	Graduado em Ciência da Computação	40h
	Luna Príncipe	Graduada em Design Gráfico	40h
	Helaine Helena Silva Cavalcante Suassuna	Ensino Médio	40h
Administrador	Mauro Cid Nascimento	Graduado em Administração	40h
Assistente em Administração – Departamento	Eline da Rocha Costa	Especialista em Gestão Pública	40h
Auxiliar em Administração – Departamento	Janduy Medeiros Neto	Graduado em Direito	40h
Contador	Paulo Rodrigues de Souza	Graduado em Contabilidade	40h
Técnico em Contabilidade	Leonardo Toledo de Siqueira	Graduado em Ciências Contábeis	40h
	Adilson Tessmann Muller	Tecnólogo em Logística	40h
Secretário Executivo	Marcelo Lucero Barboza	Graduação em Letras	40h
Técnico de Laboratório – área Informática - Departamento	José Benedito dos Reis Fernandes	Técnico em Informática	40h
Enfermeiro	Patrícia Mendes Braga	Graduada em Enfermagem	40h
Técnica em Enfermagem	Jean Harraquian B Kiss	Graduada em Enfermagem	40h
	Dieny da Silva Lira	Graduada em Enfermagem	40h
Auxiliar em	Maria Josefina Goes	Graduada em	40h

Enfermagem	Gomes	Pedagogia	
Nutricionista	Roberta Flores Marquezin Fragas	Graduada em Nutrição	40h
Odontólogo	Pérola Teixeira de Lima Bezerra	Graduada em Odontologia	40h
	Geraldo Celso da Silva Onety	Graduado em Odontologia	30h
Médico	Alice Carvalho do Nascimento	Graduada em Medicina	40h
	Donn Thell Frewyd Sawntzy Júnior	Graduado em Medicina	40h
	Ellysson Oliveira Abinader	Graduado em Medicina	20h
	Marina Valente Maia	Graduada em Medicina	20h

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em 30 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

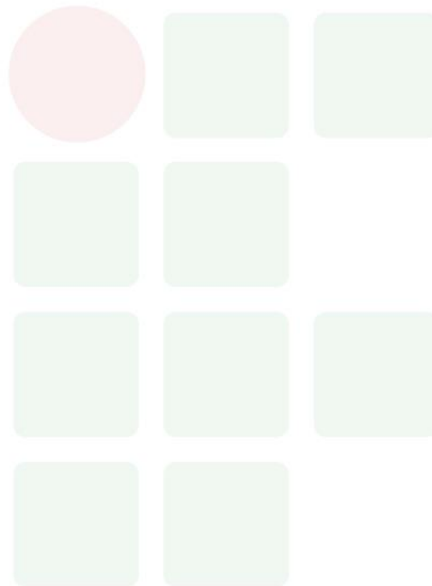
VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

---


## APÊNDICES

---





**APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Informática Básica</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	20	20	-	2	40
<b>EMENTA</b>					
Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
1. Todas as disciplinas: Nos assuntos de Internet, Editor de Texto e Editor de Slides é possível ensinar o uso dessas ferramentas utilizando como tema conteúdos de qualquer disciplina. 2. Matemática: Planilha Eletrônica.					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Desenvolver a capacidade de interação dos alunos ao universo computacional por meio da utilização de sistemas operacionais e de softwares utilitários.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
1. Capacitar o aluno com conhecimentos básicos de hardware e software. 2. Capacitar o aluno na utilização e edição de documentos em um editor de texto, planilha e apresentação de slides. 3. Conhecer os conceitos básicos da Internet, bem como, dispor de conhecimento suficiente para acessá-la, transferir arquivos e programas, enviar e receber e-mail e pesquisar em sites de busca.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
1. <b>CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE</b> 1.1. Tipos de Computadores 1.2. Conceitos Básicos de Componentes de Computadores 1.3. Sistema Operacional e seus Conceitos Básicos 1.4. Principais tipos de Hardware e Softwares  2. <b>INTERNET E CORREIO ELETRÔNICO</b>					

- 2.1. História e conceito de Internet
- 2.2. Navegadores
- 2.3. Ferramentas de Busca e Modos de Realização de Busca
- 2.4. E-mail
- 2.5. Computação em Nuvem
  
3. EDITOR DE TEXTO
  - 3.1. Visão geral de editores de texto
  - 3.2. Abas e/ou Menus
  - 3.3. Modos de Visualizações um Documento
  - 3.4. Criar um Documento Novo
  - 3.5. Salvar e Abrir um documento
  - 3.6. Impressão
  - 3.7. Modos de Seleção de Texto
  - 3.8. Formatações de Fonte
  - 3.9. Formatações de Parágrafo
  - 3.10. Revisão da Ortografia e Gramática
  - 3.11. Imagem
  - 3.12. Tabelas
  - 3.13. Formatações de Estilo
  - 3.14. Quebras de Páginas e de Seção
  - 3.15. Cabeçalho e/ou Rodapé
  - 3.16. Número de Páginas
  - 3.17. Sumário
  
4. EDITOR DE PLANILHA
  - 4.1. Visão Geral dos programas de edição de planilha
  - 4.2. Guias de planilha e seu Gerenciamento (Criar, Editar, Excluir e Mover)
  - 4.3. Salvar e Abrir Documento
  - 4.4. Inserção de linhas e colunas
  - 4.5. Formatação de células: Fonte, Alinhamento e Números
  - 4.6. Formatação condicional
  - 4.7. Operadores e funções
  - 4.8. Classificação de Dados
  - 4.9. Filtro e Auto Filtro
  - 4.10. Gráficos
  - 4.11. Impressão, cabeçalho e rodapé
  
5. EDITOR DE APRESENTAÇÃO DE SLIDES
  - 5.1. Visão geral do programa de edição de slides
  - 5.2. Modos de Visualizações de um Slide
  - 5.3. Salvar e Abrir Documento
  - 5.4. Criar um Documento Novo (Slides)
  - 5.5. Formatação de slide
  - 5.6. Formatação de Design

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

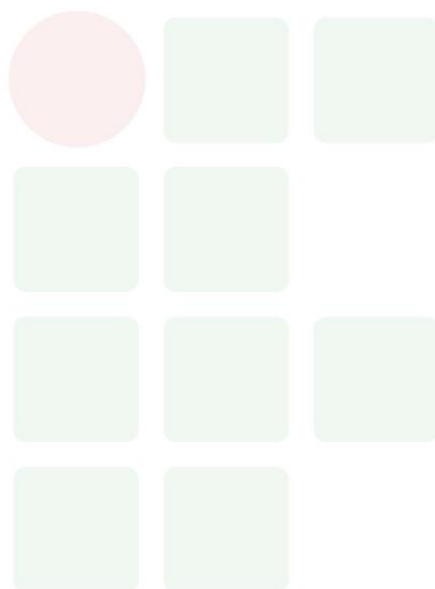
- VELOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. 9ª ed Rio de Janeiro: Campus, 2014. ISBN: 9788535277906
- MANZANO, A. L. G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7 ed São Paulo: Érica, 2007. ISBN: 9788536501284
- MARÇULA, M. **Informática: conceitos e aplicações**. 4 ed São Paulo: Érica, 2013. ISBN: 9788536500539

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABDALLA, S. L. **Informática para concursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2012.  
FUSTINONI, D. F. R.. **Informática básica para o ensino técnico profissionalizante**. Brasília/DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.  
SILVA, Felix de Sena. **Word 2013 Básico: para pessoas com deficiência visual: educação profissional**. Osasco: Fundação Bradesco, 2016.  
SATIN, H.; Fioravanti, A. . **Informática para concursos**. 3ª Edição, Editora Foco Jurídico, 2018.  
VELLOSO, F. C. **Informática - Conceitos Básicos**. 10ª Ed. Editora Campus, 2017.


## ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes



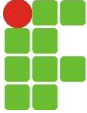
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Algoritmo e Lógica de Programação</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80
<b>EMENTA</b>					
Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
As mais diversas disciplinas do currículo podem ser integradas a soluções de software, possibilitando a interdisciplinaridade.					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Proporcionar o contato com os principais conceitos de Lógica de Programação, identificando e desenvolvendo modelos matemáticos para resolução de problemas através da implementação e consolidação da lógica algorítmica.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
1. Desenvolver raciocínio lógico. 2. Resolver problemas utilizando linguagem de descrição narrativa, fluxogramas e pseudo linguagem. 3. Implementar algoritmos utilizando a linguagem de programação estruturada.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
1. Noções de Raciocínio Lógico 2. Noção de algoritmo 3. Estrutura de um programa 4. Representação da Informação: 4.1. Tipos primitivos: Constantes e variáveis; formação de identificadores; declaração de variáveis. 4.2. Comentários. 4.3. Comando de atribuição; 4.4. Expressões aritméticas; operadores aritméticos; funções matemáticas; precedência de operadores.					

<p>4.5. Expressões lógicas; operadores relacionais; operadores lógicos tabela-verdade; precedência de operadores.</p> <p>4.6. Blocos</p> <p>5. Entrada e saída de dados.</p> <p>6. Estruturas e comandos de seleção simples e composta.</p> <p>7. Estrutura e comandos de repetição.</p> <p>8. Estruturas de controle:</p> <p>8.1. Sequencial;</p> <p>8.2. Seleção;</p> <p>8.3. Repetição.</p> <p>9. Modularização: conceitos; refinamento; funções e procedimentos; variáveis públicas e locais; parâmetros.</p> <p>10. Implementação de algoritmos em uma linguagem de programação estruturada.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. <b>Lógica de Programação: A construção de algoritmos e estruturas de dados.</b> 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2005.</p> <p>MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. <b>Algoritmos: Lógica Para Desenvolvimento de Programação de Computadores.</b> 26ª ed. São Paulo: Erica, 2010.</p> <p>XAVIER, Gley F. C. <b>Lógica de Programação.</b> 12ª ed São Paulo: Senac, 2011.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>BARRY, P.; GRIFFITHS, D. <b>Use a cabeça: Programação.</b> Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084730.</p> <p>MENEZES, Nilo Ney C. <b>Introdução à Programação com Python: Algoritmos e lógica de programação para iniciantes.</b> 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.</p> <p>DEITEL, P. DEITEL, H. <b>C: como programar.</b> 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. ISBN: 9788576059349.</p> <p>VAREJÃO, Flavio Miguel. <b>Introdução à programação: Uma Nova Abordagem Usando C.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>SOUZA, João. <b>Lógica Para Ciência da Computação e Áreas Afins.</b> 3. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2014. ISBN: 9788535278248.</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Montagem e Manutenção de Computadores</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	40	-	4	80	
<b>EMENTA</b>						
Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, CD-ROM, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
A disciplina tem integração com Informática Básica e Redes de Computadores.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Compreender detalhes dos componentes físicos dos microcomputadores, com vista a uma utilização e manutenção mais eficientes.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Realizar manutenções preventiva e corretivas em microcomputadores. 2. Compreender a necessidade de atuação profissional de acordo com as normas.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. Conceitos Básicos 1.1. Conceito básico sobre arquitetura do microcomputador. 1.2. Uma visão sobre Hardware (dispositivos de entrada e saída). 1.3. Fundamentos de Software. 1.4. Sistema binário aplicado a computação. 1.5. Representação e unidade da informação. 1.6. Conexões externas (interface / portas) do computador. 2. Principais Componentes 2.1. Conceito básico sobre energia eletrostática. 2.2. Fundamentos sobre os principais componentes. 2.2.1. Placa mãe. 2.2.2. CPU.						



<ul style="list-style-type: none"> <li>2.2.3. Memórias (permanente e temporária).</li> <li>2.2.4. Fonte de alimentação do computador.</li> <li>2.2.5. HD, CD/DVD.</li> <li>2.2.6. Barramentos.</li> <li>2.2.7. Chipset.</li> <li>2.2.8. BIOS.</li> <li>2.2.9. Sequência de boot.</li> <li>2.2.10. Outros componentes pertinentes.</li> </ul> <p>3. Montagem, instalação e configuração</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1. Montagem e instalação. <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1.1. Placa mãe.</li> <li>3.1.2. CPU.</li> <li>3.1.3. Memórias (permanente e temporária).</li> <li>3.1.4. Fonte de alimentação do computador.</li> <li>3.1.5. HD, CD/DVD.</li> <li>3.1.6. Painel frontal.</li> <li>3.1.7. Conexões de cabos.</li> <li>3.1.8. Outros componentes relevantes.</li> </ul> </li> <li>3.2. Fundamentos de Firmware, software da BIOS.</li> <li>3.3. Configuração de Setup.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>PAIXÃO, Renato Rodrigues. <b>Montagem e configuração de computadores: guia prático</b>. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.</p> <p>TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. <b>Organização Estruturada de Computadores</b>. 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581435398.</p> <p>STALLINGS, Williams. <b>Arquitetura e Organização de Computadores</b>. 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN: 9788576055648.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>JUNIOR, Edivaldo Donizetti Rossini. <b>Manutenção em Notebooks</b>. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103395.</p> <p>MONTEIRO, Mario A. <b>Introdução à Organização de Computadores</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN: 9788521615439.</p> <p>PAIXÃO, Renato Rodrigues. <b>Montagem e configuração de computadores: guia prático</b>. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.</p> <p>PEREZ, Camila Ceccatto da Silva. <b>Manutenção Completa em Computadores</b>. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103524.</p> <p>STALLINGS, Williams. <b>Arquitetura e Organização de Computadores</b>. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017. ISBN: 9788543020532.</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Fundamentos de Redes de Computadores</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80
<b>EMENTA</b>					
Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
Linguagem de Programação Web: Protocolos envolvidos em aplicações Web; Serviços para aplicações Web; Instalação e configuração de servidores para aplicações Web.					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Entender os princípios básicos de funcionamento da comunicação de dados através da compreensão dos conceitos sobre redes de computadores, do conhecimento sobre os mecanismos de gerenciamento de redes de computadores e da demonstração prática da utilização e aplicação de sistemas operacionais de redes.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar e conceituar os principais componentes de uma rede de computadores;</li> <li>2. Explicar a arquitetura em camadas das redes de computadores, seus principais protocolos, funcionamento e aplicações;</li> <li>3. Monitorar e acompanhar o funcionamento de uma rede de computadores;</li> <li>4. Demonstrar capacidade para utilização e aplicação de um sistema operacional de rede em um ambiente de rede baseado em camadas.</li> </ol>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. UNIDADE I                         <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Histórico de redes de computadores e Internet</li> <li>1.2. A Borda e o núcleo da rede</li> <li>1.3. Comutação de pacotes</li> <li>1.4. Camadas de protocolos e Modelos de serviços</li> </ol> </li> <li>2. UNIDADE II</li> </ol>					

2.1.	Princípios da camada de aplicação
2.2.	A Web e o protocolo HTTP
2.3.	O protocolo de Transferência de Arquivos: FTP
2.4.	O correio eletrônico e o protocolo SMTP
2.5.	O serviço de diretório da Internet: DNS
3.	UNIDADE III
3.1.	Introdução à camada de transporte
3.2.	Multiplexação e demultiplexação
3.3.	O protocolo UDP
3.4.	O protocolo TCP
4.	UNIDADE IV
4.1.	Introdução à camada de rede
4.2.	O protocolo IP: Encaminhamento e Endereçamento
4.3.	O protocolo DHCP: Configuração Dinâmica de Hospedeiros
4.4.	Configuração Básica dentro de uma rede Windows
5.	UNIDADE V
5.1.	Introdução à camada de enlace
5.2.	Redes Locais Comutadas
5.3.	Endereçamento na camada de Enlace MAC e ARP
5.4.	Ethernet
5.5.	Comutadores X Roteadores
6.	UNIDADE VI
6.1.	Cabeamento: cabo coaxial; par trançado; fibra óptica
6.2.	Prática – montagem de cabo par trançado.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>	
KUROSE, Jim; ROSS, Keith. <b>Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down</b> . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. ISBN: 9788581436777.	
TANEMBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. <b>Redes de Computadores</b> . 4. ed. São Paulo: Campus, 2003. ISBN: 8535201500.	
WHITE, Curt M. <b>Redes de Computadores e Comunicação de Dados</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2012. ISBN: 9788522110742.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>	
ALENCAR, Marcelo Sampaio de. <b>Engenharia de Redes de Computadores</b> . São Paulo: Érica, 2012. ISBN: 9788536504117.	
ANDERSON, Al; BENEDETTI, Ryan. <b>Redes de Computadores: Use a Cabeça</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084488.	
FOROUZAN, Behrouz A. <b>Comunicação de Dados e Redes de Computadores</b> . 4. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2007. ISBN: 9788586804885.	
MARIN, Paulo Sérgio. <b>Cabeamento Estruturado: Série Eixos</b> . São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506098.	
PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. <b>Redes de Computadores</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535248975.	
<b>ELABORADO POR:</b>	
Comissão de Harmonização das Matrizes	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Inglês Aplicado</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	20	20	-	02	40	
<b>EMENTA</b>						
Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Inglesa ou Letras - Língua Estrangeira com influência em Inglês.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
A disciplina pode ser integrada com todas as demais disciplinas do curso, visto que o Inglês é considerado como a principal língua na área da Informática.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Capacitar o aluno a ler textos da área de informática.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Orientar sobre a utilização de estratégias de leitura e noções da estrutura da língua inglesa. 2. Propor aquisição de vocabulário técnico.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. Atividade de conscientização 1.1. Contexto da área técnica. 1.2. Conceito, identificação e função de gêneros textuais. 1.3. Cognatos e falsos cognatos; estrangeirismos. 1.4. Informação não verbal (marcas tipográficas). 2. <i>Reading Strategies</i> 2.1. <i>Skimming</i> . 2.2. <i>Scanning</i> . 2.3. Leitura para reconhecimento de tema central, ideia central e <i>keywords</i> . 3. Aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa 3.1. Marcadores discursivos. 3.2. Vocabulário. 3.3. Formação de palavras (afixos). 3.4. Grupos nominais, siglas e acrônimos. 3.5. Referência pronominal.						
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>						
CRUZ, D. T. <b>Inglês Instrumental para informática</b> . São Paulo, Disal, 2013. DREY, R; SELISTRE, I. C. T.; AIUB, T. (Org.) <b>Inglês: práticas de leitura e escrita</b> . Porto Alegre: Penso, 2015.						

GALLO, L. R. **Inglês Instrumental para Informática**: módulo I. 2a ed. São Paulo: Ícone, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DAVIES, Bem P. **Inglês em 50 aulas: O Guia definitivo para você aprender Inglês**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GALLO, L. R. **Inglês Instrumental para Informática: módulo I**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2011.

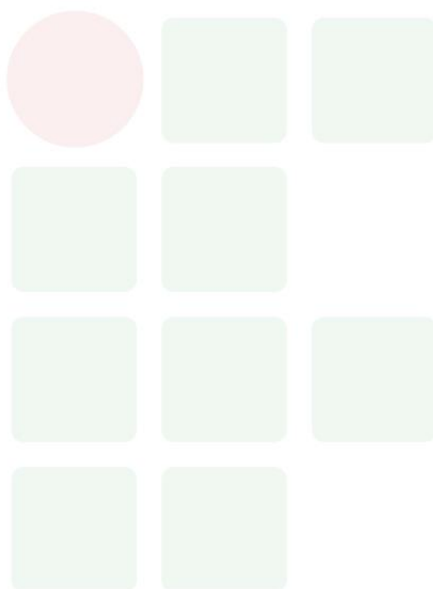
MARTINEZ, Ron. **Como Dizer Tudo em Inglês**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SOUZA, Adriana Grade Fiori, et al. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental** – São Paulo. Disal, 2005.

WOODS, Geraldine. **Exercícios de Gramática Inglesa para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

**ELABORADO POR:**

Comissão de Harmonização das Matrizes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Português Aplicado</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	-	-	02	40	
<b>EMENTA</b>						
Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Inglês Aplicado e Informática Básica.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Aperfeiçoar os conhecimentos linguísticos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver linguagem técnica para construção de relatórios e documentos em geral.</li> <li>2. Conhecer as mudanças mais significativas ocorridas na correspondência comercial/oficial.</li> <li>3. Utilizar técnicas para obtenção de clareza, coerência e coesão na elaboração dos textos.</li> <li>4. Rever questões gramaticais que mais provocam dúvidas na redação.</li> <li>5. Recuperar, pelo estudo de texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.</li> <li>6. Demonstrar o domínio básico da norma culta.</li> </ol>						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Importância da comunicação</li> <li>2. Elementos essenciais do processo de comunicação</li> <li>3. Intertextualidade</li> <li>4. Ortografia</li> <li>5. Pontuação</li> <li>6. Concordância nominal e verbal</li> <li>7. Qualidade do estilo técnico: harmonia, clareza, concisão e coerência;</li> <li>8. Frase e estrutura frasal;</li> </ol>						



9. Parágrafo (estruturação);
10. Correspondência e redação técnica: artigo, memorando, ofício, requerimento, curriculum vitae, relatório, abaixo-assinado, monografia e projeto.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BELTRÃO, Odacir & BELTRÃO, Maria. <b>Correspondência, linguagem e comunicação</b> . 24 ed São Paulo: Atlas, 2011.
CARVALHO, A. M. P. <b>Ensino de Língua Portuguesa</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2014.
GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna</b> . 26 ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BENEMAN, J. M. <b>Estudo Dirigido de Português</b> . Ática.
CARVALHO, A. M. P. <b>Ensino de Língua Portuguesa</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2014.
HOUAISS, A. <b>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</b> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lê S. <b>Português Instrumental</b> . Porto Alegre: Sagra, 1993.
TUFANO, Douglas. <b>Estudos de Redação</b> . São Paulo: Moderna, 1980.
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Matemática Aplicada</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	20	20	-	2	40	
<b>EMENTA</b>						
Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado ou Licenciado em Matemática OU Profissional da área de Exatas com complementação curricular em Licenciatura ou Especialização no Ensino da Matemática.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
A disciplina possui integração com Informática Básica (Editor de Planilhas) Algoritmo e Lógica de Programação.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Desenvolver a capacidade de modelar e resolver problemas matemáticos relacionados com a área de informática.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Fazer uso da linguagem simbólica de conjuntos para representar o raciocínio lógico. 2. Resolver situações-problema com conjuntos numéricos. 3. Resolver situações-problemas com expressões numéricas, potências e radiciação. 4. Realizar cálculos de regras de três simples e porcentagem. 5. Resolver situações-problemas envolvendo juros simples e compostos. 6. Utilizar modelos lineares para contextualização e solução de fenômenos naturais. 7. Resolver situações-problemas com vetores e matrizes.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. Conjuntos numéricos e operações. 2. Expressões numéricas. 3. Potências e Radiciação. 4. Lógica de Argumentação: Premissa e Conclusão , Mentiras e Verdades, Silogismo. 5. Estudo das Proposições: Proposições compostas, Equivalência entre proposições, Negação de proposições. 6. Juros, regra de três simples e composta, porcentagem. 7. Matrizes.						
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>						
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. <b>Cálculo: um curso moderno e suas aplicações</b> . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.						

IEZZI, Gelson. <b>Fundamentos de Matemática Elementar</b> . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 3 v. ISBN: 9788535716849. LIMA, Diana M. de; GONZALEZ, Luis E. F. <b>Matemática Aplicada à Informática</b> . 11 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. <b>Introdução à Geometria Espacial</b> . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. ISBN: 8585818735. GERSTING, Judith L. <b>Fundamentos Matemáticos para a Ciência da Computação: Matemática Discreta e suas aplicações</b> . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. ISBN: 9788521632597. GUIDORIZI, Luiz Hamilton. <b>Um Curso de Cálculo</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 1 v. ISBN: 9788521612599. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. <b>Fundamentos de Matemática Elementar</b> . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 1 v. ISBN: 9788535716801. LIMA, Elon L. et al. <b>A Matemática do Ensino Médio</b> . 7. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016. 2 v. ISBN: 9788583370918.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Estrutura de Dados</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	40	40	-	4	80	
<b>EMENTA</b>						
Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Matemática						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Conhecer e entender os conceitos das estruturas de dados básicas para utilização adequada na implementação de soluções computacionais.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Identificar e descrever as estruturas de dados básicas e suas características; 2. Explicar como e em que situações utilizar tais estruturas; 3. Implementar soluções computacionais utilizando estruturas de dados básicas em uma linguagem de programação.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. Tipos abstratos de dados 2. Recursão 3. Estrutura de dados homogêneas 3.1. Vetores 3.2. Matrizes 4. Estrutura de dados heterogêneas (registros) 5. Listas 5.1. Listas lineares 5.2. Listas encadeadas 6. Ordenação e Busca 7. Pilhas 8. Filas 9. Árvores binárias						

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>SZWARCFITER, Jayme L.; MARKEZON, L. <b>Estrutura de dados e seus algoritmos</b>. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. ISBN: 978-8521617501</p> <p>ZIVIANI, Nívio. <b>Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C</b>. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506</p> <p>FORBELLONE, André L. V; EBERSPACHER, Henri F.. <b>Lógica de Programação: A construção de Algoritmos e Estrutura de Dados</b>. 3ª Edição. Pearson, 2005. ISBN: 9788576050247</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>TENENBAUM, A. M.; LANGSAM, Y.; AUGENSTEIN, M. <b>Estrutura de Dados Usando C</b>. Pearson, 1995. ISBN: 9788534603485</p> <p>PUGA, S.; RISSETTI. <b>Lógica de Programação e Estruturas de Dados</b>. 3ª Edição. Pearson, 2016, ISBN: 9788543019147</p> <p>PEREIRA, Silvio do Lago. <b>Estrutura de dados em C: Uma abordagem Didática</b>. 1ª Edição. São Paulo, SP. Editora Erica, 2016. ISBN: 9788536517148</p> <p>PEREIRA, Silvio do Lago. <b>Estrutura de dados fundamentais: conceitos e aplicações</b>. 12ª Edição. São Paulo, SP. Editora ÉRICA, 2002. ISBN: 9788571943704</p> <p>GUIMARÃES, Angelo de M. <b>Algoritmos e Estrutura de Dados</b>. 1ª Edição. Rio de Janeiro: LTC ED., 1994. ISBN: 9788521603788</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	20	20	-	2	40	
<b>EMENTA</b>						
Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Projeto Integrador 1						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados e a utilização de ferramentas de modelagem de dados.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados.</li> <li>2. Capacitar o aluno para modelar dados no intuito de desenvolver um sistema de banco de dados utilizando um sistema gerenciador de banco de dados.</li> </ol>						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução a Banco de Dados.</li> <li>2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados.</li> <li>3. Modelagem de Dados.</li> <li>4. Modelo Entidade Relacionamento.</li> <li>5. Modelo Relacional.</li> <li>6. Modelo Físico.</li> <li>7. Ferramentas de Modelagem de Dados.</li> </ol>						
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>						
ALVES, W. P. <b>Banco de Dados: teoria e prática</b> . São Paulo: Érica, 2009. ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. <b>Sistemas de Banco de Dados</b> . 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2010. PUGA, S. <b>Banco de Dados: Implementação em SQL, PL/SQL e Oracle</b> . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.						



## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, L. F. **Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem**. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559

DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6ª ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.

HEUSER, CARLOS ALBERTO. **Projeto de Banco de Dados**. 6ª ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.


MACHADO, FELIPE NERY R. **Banco De Dados - Projeto e Implementação**. 2ª ed. Editora Érica, 2008.

ROCHA, A. S. **SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL**. 1ª ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. **Projeto e Modelagem de Banco de Dados**. 2ª ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

## ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Fundamentos de Sistemas Operacionais</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	20	20	-	2	40	
<b>EMENTA</b>						
Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Sincronização de processos; Threads; Gerência de memória em sistemas multiprogramados; Técnicas de gerência de memória real; Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação; Sistemas de arquivos; Sistemas de E/S; Estudo de um sistema operacional real.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Projeto Integrador 1						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Proporcionar ao aluno conhecimento sobre os diversos sistemas operacionais existentes, seu funcionamento e suas aplicabilidades nos sistemas computacionais.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Capacitar o aluno a ter visão sistêmica de funcionamento do sistema operacional. 2. Capacitar o aluno a entender a relação usuário-sistema operacional-hardware; 3. Capacitar o aluno a visualizar a influência do tipo de sistema operacional na programação de aplicativos; 4. Capacitar o aluno a entender as técnicas utilizadas para que o sistema operacional funcione de maneira sincronizada.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. HISTÓRICO 1.1. A primeira geração (1945-1955) – Válvulas; 1.2. A segunda geração (1955-1965) – transistores e sistemas em lote (batch); 1.3. A terceira geração (1965-1980) – CIs e multiprogramação; 1.4. A quarta geração (1980-presente) – computadores pessoais. 2. CLASSIFICAÇÃO 2.1. Sistemas operacionais de computadores de grande porte;						


- 2.2. Sistemas operacionais de servidores;
- 2.3. Sistemas operacionais multiprocessadores;
- 2.4. Sistemas operacionais de computadores pessoais;
- 2.5. Sistemas operacionais de computadores portáteis;
- 2.6. Sistemas operacionais embarcados;
- 2.7. Sistemas operacionais de nós de sensores (*sensor node*);
- 2.8. Sistemas operacionais de tempo real;
- 2.9. Sistemas operacionais de cartões inteligentes (*smart cards*).
3. MONO E MULTIPROGRAMAÇÃO
  - 3.1. Sistemas Monoprogramáveis/Monotarefa;
  - 3.2. Sistemas Multiprogramáveis/Multitarefa
    - 3.2.1. Sistemas batch;
    - 3.2.2. Sistemas de tempo compartilhado;
    - 3.2.3. Sistemas de tempo real;
    - 3.2.4. Sistemas com múltiplos processadores.
  - 3.3. Sistemas com Múltiplos Processadores (sistemas fortemente acoplados, sistemas fracamente acoplados).
4. PROCESSOS
  - 4.1. Estrutura do Processo;
  - 4.2. Estados do Processo;
  - 4.3. Mudanças de Estado do Processo;
  - 4.4. Processos CPU-BOUND e I/O-BOUND;
  - 4.5. Processos Independentes, Subprocessos.
5. SINCRONIZAÇÃO DE PROCESSOS
  - 5.1. Interrupções e Exceções;
  - 5.2. Operações de Entrada e Saída;
  - 5.3. Buffering;
  - 5.4. Spooling;
  - 5.5. Reentrância.
6. TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO DE PROCESSOS
  - 6.1. Critérios de escalonamento;
  - 6.2. Escalonamentos não preemptivos e preemptivos;
  - 6.3. Escalonamento First-In-First-Out (FIFO);
  - 6.4. Escalonamento Circular;
  - 6.5. Escalonamento por prioridades;
  - 6.6. Escalonamento circular com prioridades.
7. THREADS
  - 7.1. Ambiente Monothread;
  - 7.2. Ambiente Multithread.
8. GERÊNCIA DE MEMÓRIA EM SISTEMAS MULTIPROGRAMADOS
  - 8.1. Hierarquia de Memórias;
  - 8.2. Gerenciador de Memória.
9. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA REAL
  - 9.1. Alocação (Estática, Dinâmica, Local);
  - 9.2. swapping.
10. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA VIRTUAL
  - 10.1. Paginação e segmentação.
  - 10.2. Espaço de endereçamento virtual;
  - 10.3. Mapeamento;
  - 10.4. Memória virtual por paginação.
11. SISTEMAS DE ARQUIVOS
  - 11.1. Introdução;
  - 11.2. Arquivos;
  - 11.3. Diretórios;

11.4.	Proteção de Acesso.
12.	SISTEMAS DE E/S
12.1.	Princípios do Hardware de E/S;
12.2.	Princípios do Software de E/S;
12.3.	Camadas do Software de E/S;
12.4.	Discos; Relógios;
12.5.	Interfaces com o usuário: teclado, mouse, monitor.
13.	ESTUDO DE UM SISTEMA OPERACIONAL REAL
13.1.	Sistema Operacional Privado ou Gratuito <i>Open Source</i> .
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DEITEL, H. M., DEITEL, P.J., CHOFINES, D.R. <b>Sistemas Operacionais</b> . 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN: 9788576050117.	
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. <b>Fundamentos de Sistemas Operacionais</b> . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. ISBN: 9788521629399.	
TANENBAUM, Andrews. S.; BOSS, Herbert. <b>Sistemas Operacionais Modernos</b> . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN: 9788543005676.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
Wehrs, C. R.; Marques, J. A.; Veiga, I.; Rodrigues, r.. <b>Sistemas Operacionais</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2011. ISBN: 978852161807.	
MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. <b>Arquitetura de Sistemas Operacionais</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. ISBN: 9788521622109.	
NEMETH, Evi; HEIN, Trent R.; SNYDER, Garth. <b>Manual completo do Linux: guia do administrador</b> . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007. ISBN: 9788576051121.	
SANTOS, Winderson Eugênio; GORDULHO JUNIOR, José Hamilton C. <b>Sistemas Operacionais</b> . São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506159.	
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. <b>Sistemas Operacionais com Java</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016. ISBN: 9788535283679.	
ELABORADO POR:	
Comissão de Harmonização das Matrizes	


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Programação Orientada a Objetos</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento e polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Introdução a Análise de Sistemas					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver competências e habilidades no aluno, de tal forma que compreenda e aplique os principais conceitos envolvidos com a modelagem e programação orientada a objetos (linguagem de modelagem, objetos, classes, atributos, métodos, encapsulamento, herança, polimorfismo) tornando-o apto à interpretar e criar modelos, manter e desenvolver programas orientado a objetos para resolver problemas computacionais, desde de científicos a empresarias, seguindo esse paradigma e independentemente da linguagem de programação.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer conceitos centrais da programação orientada a objetos.</li> <li>2. Desenvolver sistemas baseados nos conceitos formais da Orientação a Objetos.</li> <li>3. Compreender os paradigmas da programação orientada a objetos.</li> <li>4. Implementar estudos de caso em Linguagem de Programação Orientada a Objetos.</li> </ol>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Classes</li> <li>1.2. Objetos</li> <li>1.3. Construtores</li> <li>1.4. Atributos</li> </ol> </li> </ol>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>1.5. Métodos</li> <li>1.6. Modificadores de Acesso</li> <li>2. UNIDADE II <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1. Classes Abstratas;</li> <li>2.2. Herança;</li> <li>2.3. Polimorfismo;</li> <li>2.4. Interface;</li> <li>2.5. Tipos de relacionamento entre classe;</li> </ul> </li> <li>3. UNIDADE III <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1. Tratamento de Exceções</li> <li>3.2. Fundamento de linguagem Orientada a Objetos;</li> <li>3.3. Interface Gráfica com Orientada a Objetos;</li> <li>3.4. Gerenciamento de Interface homem máquina;</li> <li>3.5. Componentes Visuais;</li> <li>3.6. Desenvolvimento de aplicações;</li> </ul> </li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>BARNES, D.; KÖLLING, M. <b>Programação Orientada a Objetos com Java</b>. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2009. ISBN: 9788576051879.</p> <p>DEITEL, P. <b>Java: como programar</b>. 10ª. ed. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN: 9788543004792.</p> <p>SIERRA, K.; BATES, B. <b>Use a cabeça! Java</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. ISBN: 9788576081739.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>GOÉS, Wilson M. <b>Aprenda UML Por Meio de Estudos de Caso</b>. 5ª Edição. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575223468.</p> <p>LUCKOW, D. H.; MELO, A. A. de. <b>Programação Java Para a Web</b>. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.</p> <p>MENEZES, Nilo Ney Coutinho. <b>Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação para Iniciantes</b>. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.</p> <p>PREISS, B. R. <b>Estruturas de dados e algoritmos: padrões de projetos orientados a objetos com Java</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ISBN: 9788535206937.</p> <p>ZIVIANI, Nivio. <b>Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C</b>. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.</p> <p>AUGUSTO N. G. MANZANO, José; JÚNIOR, R. A. da C.. <b>Java 8 - Programação de Computadores - Guia Prático de Introdução, Orientação e Desenvolvimento</b>. Editora Érica, 2014. ISBN: 9788536509266</p> <p>GOSLING, JAMES; ARNOLD, KEN; HOLMES, DAVID. <b>A Linguagem De Programação Java</b>. 4ª Edição. Bookman, 2007.</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Introdução a Análise de Sistemas</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
<b>EMENTA</b>					
Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Capacitar o discente à modelar sistemas do mundo real em sistemas computacionais.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de Análise e Processo de Software.</li> <li>2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais do Paradigma Orientado a Objetos.</li> <li>3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de software.</li> </ol>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. UNIDADE I               <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Introdução a Análise de Sistemas – Entendimento dos Sistemas Existentes;</li> <li>1.2. Fases de um Software;</li> <li>1.3. Ciclo de Vida do Desenvolvimento de Software;</li> <li>1.4. Identificação dos Usuários;</li> <li>1.5. Técnicas de Entrevistas e Coleta de Dados;</li> <li>1.6. Levantamento, análise e negociação de requisitos;</li> <li>1.7. Modelagem, especificação, validação e verificação de requisitos;</li> <li>1.8. Modelagem de sistemas de software.</li> <li>1.9. O paradigma orientado a objetos.</li> <li>1.10. Classes e Objetos.</li> <li>1.11. A abstração na orientação a objetos.</li> </ol> </li> </ol>					

<p>2. UNIDADE II</p> <p>2.1. Conceitos e Evolução da Linguagem de Modelagem Unificada (UML).</p> <p>2.2. Levantamento e modelagem de requisitos.</p> <p>2.3. Modelos e Diagrama de Casos de Usos.</p> <p>2.4. Diagrama de Classes.</p> <p>2.5. Diagrama de Sequência.</p> <p>2.6. Ferramenta CASE.</p> <p>3. UNIDADE III</p> <p>3.1. Projeto do sistema.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>GUEDES, Gilleanes T. A. <b>UML2 Uma abordagem prática</b>. 3ª. Edição. São Paulo: Novatec Editora, 2018. ISBN: 9788575226469</p> <p>MELO, Ana Cristina. <b>Desenvolvendo Aplicações com UML 2.2 – do Ceneitual à Implementação</b>. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. ISBN: 9788574524443</p> <p>BOOCH, Grady; RUMBAUCH, James; JACOBSON, Ivar. <b>UML: Guia do Usuário</b>. 2ª Edição. Elsevier Campus, 2005. ISBN: 9788535217841</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SOMMERVILLE, I. <b>Engenharia de software</b>. 9ª. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2011. ISBN: 9788579361081</p> <p>YOURDON, E. <b>Análise Estruturada Moderna</b>. 3a. Ed, Rio de Janeiro, Campus 1990. ISBN: 9788570016157</p> <p>BEZERRA, Eduardo. <b>Princípios De Análise E Projeto De Sistemas com UML</b>. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. ISBN: 9788535226263</p> <p>LARMAN, Craig. <b>Utilizando Uml E Padrões - Uma Introdução A Análise E Ao Projeto Orientados</b>. Porto Alegre: Bookman: 2007. ISBN: 9788560031528</p> <p>FOWLER, Martin. <b>UML Essencial: Um Breve Guia Para A Linguagem – Padrão De Modelagem</b>. 3ª Ed. Editora Bookman, 2004.</p> <p>MELO, Ana Cristina. <b>Exercitando Modelagem em UML</b>. 1ª Ed. Editora: BRASPORT, 2016. ISBN: 9788574522548</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Meio Ambiente, Saúde e Segurança</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	-	2	40
<b>EMENTA</b>					
Definições. Evolução Histórica. A consciência ambiental. Sustentabilidade; A sociedade; Impactos ambientais; Poluição do solo; Poluição das águas; Defesa do meio ambiente; Estocolmo 72; Modelo consumista de desenvolvimento; Legislação Ambiental; Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária, Noções de Normas Regulamentadoras, Acidentes, Riscos Ambientais.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Engenheiro em Segurança do Trabalho ou profissional com especialização em Segurança do Trabalho.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Interpretar, acompanhar e gerenciar as questões pertinentes à Segurança, Meio Ambiente e Saúde.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Entender porque surge o Pensamento Ambiental no momento de grandes mudanças no mundo.</li> <li>2. Compreender as transformações históricas ocorridas no mundo a partir do surgimento do pensamento Ambiental a partir da Revolução Industrial.</li> <li>3. Diferenciar atividades conservacionista de preservacionistas.</li> <li>4. Conhecer as leis ambientais que regem o Brasil.</li> <li>5. Compreender a importância da ciência ergonomia em sua atividade de trabalho.</li> <li>6. Entender a necessidade de utilizar os equipamentos de segurança na prática de suas atividades cotidianas.</li> <li>7. Aprender a identificar situações de riscos e como evitá-las.</li> </ol>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Histórico da Formação Ambiental a partir do marco histórico da Revolução Industrial                         <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. A modernidade da revolução industrial à acumulação flexível</li> <li>1.2. O despertar da consciência ambiental planetária</li> <li>1.3. O desenvolvimento sustentável</li> <li>1.4. A justiça social</li> </ol> </li> <li>2. Impactos ambientais em ecossistemas naturais e em ecossistemas agrícolas                         <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Impactos ambientais em sistemas urbanos;</li> <li>2.2. Poluição do solo: o problema do lixo sólido;</li> <li>2.3. Poluição das águas;</li> </ol> </li> </ol>					

- 2.4. Lutas em defesa do meio ambiente;
- 2.5. Estocolmo72: a tomada de consciência;
3. A falência do modelo consumista de desenvolvimento
  - 3.1. Noções de legislação ambiental
4. Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária
  - 4.1. CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
    - Capítulo V – Da Segurança e da Medicina do Trabalho
  - 4.2. Lei 8.213/91- Acidente do Trabalho
    - Comunicação de Acidente do Trabalho
  - 4.3. Portaria N.º 3.214/78- Normas Regulamentadoras
5. Acidentes
  - 5.1. Como evitá-los
  - 5.2. Causa dos Acidentes
  - 5.3. Atos inseguros, Condições Inseguras;
  - 5.4. Doenças provocadas por acidente de trabalho.
  - 5.5. Equipamentos de Proteção Individual
  - 5.6. Equipamentos de Proteção Coletiva
6. Riscos Ambientais
  - 6.1. Riscos Físicos
  - 6.2. Riscos Químicos
  - 6.3. Riscos Biológicos
  - 6.4. Riscos Ergonômicos
  - 6.5. Riscos Acidentes

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:


- BRÜSEKE, F. J.. **O problema do desenvolvimento sustentável**, p. 29 – 40. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- CARDELLA, B. . **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.
- DIAS, G. F.. **Educação Ambiental: princípios e prática**. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1994.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

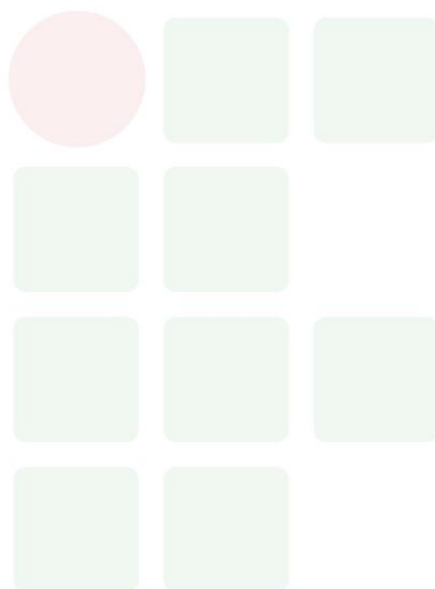
- ACSELRAD, H. (org.). **A Duração das Cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ATLAS; **Manuais de Legislação. Segurança e Medicina do Trabalho**. 74 ed. Atlas.
- CAPRA, F.. **A alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21**, p. 18 – 33. In: TRIGUEIRO, André (org). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.
- CONY, L. F. "A questão ambiental urbana: perspectivas de análise" In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR.
- LEROY, J. P. et al. **Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você?** Ilustrações Claudius. Petrópolis: Vozes, 2002.

#### ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Projeto Integrador I</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	20	20	-	2	40	
<b>EMENTA</b>						
Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração e apresentação do trabalho técnico-científico. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Esta disciplina possui integração com todas as disciplinas do 2º Módulo do Curso.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Desenvolver projetos de pesquisa na área de informática.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
1. Conhecer modelos de elaboração de projetos. 2. Elaborar um projeto interdisciplinar. 3. Acompanhar as etapas de execução do projeto.						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
1. Introdução à Metodologia Científica 1.1. O que é método científico 1.2. Principais técnicas de pesquisa 1.3. A pesquisa na Computação 2. Elaboração de Projeto 2.1. Definição do Projeto 2.2. Elaboração do tema e dos objetivos do Projeto 2.3. Definição do cronograma de atividades 2.4. Revisão da literatura 2.5. A importância de gerenciar as etapas de desenvolvimento do projeto 3. Normas Acadêmicas 3.1. Principais normas da ABNT para elaboração de projetos e relatórios 3.2. Artigos científico 4. Desenvolvimento e Apresentação do Projeto						

4.1. Acompanhamento das etapas do projeto
4.2. Relação aluno-orientador
4.3. Como apresentar um projeto
4.4. Seminário de apresentação do projeto
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Programação para Dispositivos Móveis</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	40	40	-	4	80	
<b>EMENTA</b>						
Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a teoria e a prática para o domínio da programação para dispositivos móveis.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer os principais conceitos e componentes de aplicações para dispositivos móveis;</li> <li>2. Conhecer o processo de construção de uma aplicação móvel;</li> <li>3. Desenvolver aplicações móveis utilizando uma linguagem de programação.</li> </ol>						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fundamentos da computação móvel           <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Evolução dos dispositivos móveis</li> <li>1.2. Características dos dispositivos móveis</li> <li>1.3. Arquiteturas de aplicação móvel</li> <li>1.4. Infraestrutura móvel</li> </ol> </li> <li>2. Projeto de interfaces para dispositivos móveis</li> <li>3. Programação de aplicações para clientes móveis</li> <li>4. Eventos e exceções em dispositivos móveis</li> <li>5. Componentes para formulários</li> <li>6. Transferência de dados cliente-servidor</li> <li>7. Persistência em dispositivos móveis</li> <li>8. Prática em desenvolvimento de aplicações móveis</li> </ol>						
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>						

LECHETA, Ricardo R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com android SDK. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2010. 608 p. ISBN 9788575222447 (broch.). Número de chamada: 005.26 L459g 3. ed.

OGLIARI, R. S. Android: do básico ao avançado. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

STARK, J.; JEPSON, B. Construindo aplicativos Android com HTML, CSS e JavaScript. São Paulo: Novatec, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DARWIN, Ian F. Android Cookbook. Sao Paulo Sp: O Reilly & Associates, Inc, 2012.

DEITEL, Paul. Android para Programadores. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LEE, V.; SCHINEIDER, H.; SCHEL, R. Aplicações móveis. São Paulo: Pearson, 2005.

MEDNIEKS, Zigurd. Programando o Android. 2ª Ed. São Paulo: Novatec, 2012.

HASEMAN, Chris. Android Essentials. Berkeley, CA: Apress, 2008. ISBN 9781430210634. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4302-1063-4>.


SIX, Jeff. Segurança de aplicativos android. São Paulo: Novatec, 2012. 140 p. ISBN 9788575223130 (broch.).

**ELABORADO POR:**

Comissão de Harmonização das Matrizes


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Programação em Banco de Dados</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	40	40	-	4	80
<b>EMENTA</b>					
Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados. Utilizar ferramentas de modelagem de dados. Proporcionar sólidos conhecimentos sobre SQL e sistemas gerenciadores de bancos de dados. Executar scripts SQL.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados.</li> <li>2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais de modelagem de dados.</li> <li>3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de dados e scripts SQL.</li> </ol>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Introdução a Banco de Dados.</li> <li>1.2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados.</li> <li>1.3. Modelagem de Dados.</li> </ol> </li> <li>2. UNIDADE II <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Modelo Entidade Relacionamento.</li> <li>2.2. Modelo Relacional.</li> <li>2.3. Modelo Físico.</li> <li>2.4. Ferramentas de Modelagem de Dados.</li> </ol> </li> <li>3. UNIDADE III <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados.</li> <li>3.2. Tipos de Dados.</li> <li>3.3. SQL.</li> </ol> </li> </ol>					

3.4. DDL. 3.5. DML.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ALVES, W. P. Banco de Dados: teoria e prática. São Paulo: Érica, 2009. SILBERSCHATZ, Abraham. Sistema de Banco de Dados. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. PUGA, S. Banco de Dados: Implementação em SQL, PL/SQL e Oracle. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BAPTISTA, L. F. Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559 DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736. MACHADO, FELIPE NERY R. Banco De Dados - Projeto e Implementação. 2ª ed. Editora Érica, 2008. ISBN: 8536500190. NIELD, Thomas. Introdução a Linguagem SQL. Editora Novatec, 2016. ISBN: 978-85-7522-501-1. DATE, C. J. Projeto de Banco de Dados e Teoria Relacional. Editora Novatec, 2015. ISBN: 978-85-7522-455-7.
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Interação Homem Computador</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
<b>EMENTA</b>					
Fatores humanos em software interativo. Padrões e estilos de interação. Atributos de qualidade em IHC. Métodos e técnicas de análise, projeto, implementação e avaliação em IHC.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
Pode ser integrada com as demais disciplinas do curso, permitindo a interdisciplinaridade para melhoria na perspectiva visual.					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Permitir aos alunos o desenvolvimento de interfaces computacionais de fácil utilização, atraentes, intuitivas e que respeitam regras essenciais de interação com o usuário.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
1. Adquirir fundamentos teórico-práticos para refletir, avaliar e conceber interfaces de qualidade para diferentes tipos de aplicações. 2. Criar interfaces amigáveis para os usuários de sistemas computacionais.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
1. Fundamentos da Interação Homem-Computador 1.1. O Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano. 1.2. Histórico da IHC. 1.3. IHC como área Multidisciplinar. 1.4. Diferentes Visões sobre a Construção de Sistemas Interativos. 1.5. Fatores Humanos na Construção de Software. 2. Interface com o usuário 2.1. Importância de um bom projeto de interface. 2.2. Possíveis causas de interfaces ruins. 2.3. Características dos usuários. 2.4. Implicações para o projeto de interface. 3. Princípios de Design 3.1. Características de uma boa interface.					


<ul style="list-style-type: none"> <li>3.2. Visibilidade, affordance, feedback, modelos conceituais, consistência, tolerância a erros, consistência.</li> <li>3.3. Diagramação.</li> <li>3.4. Teoria das cores.</li> <li>4. Representação gráfica da Interface             <ul style="list-style-type: none"> <li>4.1. Modelagem e codificação gráfica.</li> <li>4.2. Mapeamento arbitrário e direto, código de cores e ícones.</li> <li>4.3. Implicações de Multitarefa.</li> </ul> </li> <li>5. Noções de Usabilidade, Ergonomia e Semiótica             <ul style="list-style-type: none"> <li>5.1. A importância da Usabilidade em projetos de Interação.</li> <li>5.2. Ergonomia na IHC.</li> <li>5.3. A Engenharia Semiótica em IHC.</li> </ul> </li> <li>6. Avaliação e Projetos de IHC             <ul style="list-style-type: none"> <li>6.1. Avaliação por Inspeção.</li> <li>6.2. Avaliação por Observação.</li> <li>6.3. Testes de Usabilidade.</li> <li>6.4. Construção e avaliação de protótipos funcionais.</li> </ul> </li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>BARBOSA, S.D.J.; SILVA, B.S. Interação Humano-Computador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ISBN: 9788535234183.</p> <p>BENYON, D. Interação Humano-Computador. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788579361098.</p> <p>ROGERS, I.; SHARP, H.; PREECE, J. Design de Interação: Além da Interação Humano-Computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ISBN: 9788582600061.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>SEGURADO, Valquiria Santos. Projeto de Interface com o Usuário. Pearson, 2016. ISBN: 9788543017303.</p> <p>CYBIS, Walter. BETIOL, Adriana. FAUST, Richard. Ergonomia e Usabilidade. Novatec, 2015. ISBN: 9788575224595.</p> <p>LOWDERMILK, Travis. Design Centrado no Usuário. Novatec, 2013. ISBN: 9788575223666.</p> <p>NIELSEN, J.; BUDIUI, R. Usabilidade na Web. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ISBN: 9788535264272.</p> <p>PRESSMAN, Roger. Engenharia de Software. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. ISBN: 9788580555349.</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
<p>Comissão de Harmonização das Matrizes</p>




INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Programação Web</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	40	40	-	4	80	
<b>EMENTA</b>						
Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
Todas as disciplinas por meio da construção de um website cujo conteúdo seja de algumas disciplinas do curso.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Demonstrar capacidade para desenvolver aplicações Web pelo conhecimento prático sobre tecnologias Web e o entendimento sobre como é construída e funciona uma aplicação Web.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Explicar a arquitetura de uma aplicação Web e seu funcionamento baseado no protocolo HTTP;</li> <li>2. Identificar e utilizar tecnologias de software para desenvolvimento de aplicações Web;</li> <li>3. Implementar uma aplicação Web.</li> </ol>						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. História da Internet e da World Wide Web</li> <li>2. Requisições HTTP</li> <li>3. Introdução ao paradigma cliente/servidor</li> <li>4. Programação Front-End                         <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. Linguagem de Marcação: blocos de montagem de páginas HTML, trabalhando com arquivos de páginas Web, Estrutura básica do HTML, Texto, Imagens, Links.</li> <li>4.2. Linguagem de Estilo: blocos de montagem do CSS, trabalhando com folhas de estilo, definindo seletores, formatação de textos com estilos,</li> </ol> </li> </ol>						

SUBSEQUENTE

<ul style="list-style-type: none"> <li>4.3. layout com estilos, folhas de estilo de portáteis e desktop, fontes web.</li> <li>4.3. Linguagem de Script: introdução, operações aritméticas, desvios condicionais, estruturas de repetição, arrays, funções, validação de dados de entrada de formulários, manipulação de janelas, objetos.</li> <li>4.4. Especificações Web Standard e Padrões de Acessibilidade</li> <li>4.5. Frameworks Front-End</li> <li>4.6. Princípios de aplicações Web e hospedagem</li> <li>5. Programação Back-End <ul style="list-style-type: none"> <li>5.1. Desenvolvimento de Aplicações Web com padrão MVC</li> <li>5.2. Gerenciamento de Sessões e cookies</li> <li>5.3. Frameworks Back-End</li> </ul> </li> <li>6. Desenvolvimento de Projeto Web Fullstack</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>CASTRO, Elizabeth; HYLOP, Bruce. HTML5 e CSS3 - Guia Prático e Visual. Alta Books, 2013.</p> <p>SILVA, Maurício Samy. CSS3: desenvolva aplicações web profissionais com uso dos poderosos recursos de estilização das CSS3. São Paulo: Novatec, 2012.</p> <p>STARK, Jonathan. Construindo Aplicativos Android com HTML, CSS e JAVASCRIPT. Mato Grosso: O Reilly&amp;Associates, 2012.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>LISBOA, Flavio Gomes da Silva. Criando Aplicações PHP com Zend e Dojo. São Paulo: Novatec, 2013.</p> <p>MANZANO, José Augusto. Guia de Orientação e Desenvolvimento de Sites HTML, XHTML, CSS, e JavaScript. São Paulo: Erica, 2008.</p> <p>ALVES, William Pereira. Java para Web. São Paulo: Erica, 2015. ISBN: 9788536516035.</p> <p>NIEDRAUER, Juliano. Desenvolvendo Websites com PHP. Novatec, 2016. ISBN: 9788575225349.</p> <p>LUCKOW, Decio Heinzemann. Programação JAVA para Web. Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.</p>
<b>ELABORADO POR:</b>
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Relações Interpessoais e Ética</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
<b>EMENTA</b>					
Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Profissional graduado nos cursos da área das Humanidades, Administração e/ou Computação, com conhecimento em legislação e ética.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno proporcionando o estudo de regras morais e jurídicas que regem as pessoas e profissões relacionadas à Informática e que determinam o profissionalismo relacionado aos direitos e deveres de criadores e usuários das Tecnologias de Informação.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
1. Apresentar os princípios morais e éticos que regem o convívio em sociedade; 2. Tratar da importância da ética profissional para a prestação de serviços econômicos na área de informática; 3. Relacionar o comportamento profissional de acordo com a legislação vigente; 4. Apresentar os princípios constitucionais e administrativos da legislação.					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
1. Ética e Moral <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1. O significado de Ética</li> <li>1.2. Os fins da ação ética</li> <li>1.3. Ética e Direito</li> <li>1.4. Direito e Moral</li> <li>1.5. Ética, Pluralismo e Diversidade</li> <li>1.6. Tendências contemporâneas em ética</li> </ul> 2. Ética Profissional <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1. Ética e profissão</li> <li>2.2. Profissão e Código de Ética</li> <li>2.3. Ética na Informática</li> <li>2.4. Garantia de direitos e sigilo das informações</li> </ul> 3. Noções de Direito Constitucional					

3.1.	Conceito, Estruturação e Função
3.2.	Classificação
3.3.	Princípios Constitucionais
3.4.	Normas constitucionais
3.5.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais
4.	Noções de Direito Administrativo
4.1.	Objetivos e conceitos
4.2.	Atos administrativos
4.3.	Administração Pública e Privada
4.4.	Atuação do Estado
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>	
CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. ISBN: 9788508134694.	
BENNETT, Carole. Ética Profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2008. ISBN: 9788522107179.	
MACEDO, Edison Flavio. Código de Ética Profissional Comentado. Brasília: O Confea, 2011.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>	
VALLS, Alvaro L. M. O que é Ética. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. ISBN: 85-11-01177-3.	
SROUR, Robert. Poder, cultura e ética nas organizações. Elsevier Brasil, 2012.	
MORAIS, Manoel dos Reis. Ética e Direito em Lima Vaz. Lumen juris, 2017.	
CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Convivência e Ética: audácia e esperança!. Cortez Editora, 2015.	
FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. Gestão estratégica de pessoas com foco em competências. 1.ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	
<b>ELABORADO POR:</b>	
Comissão de Harmonização das Matrizes	

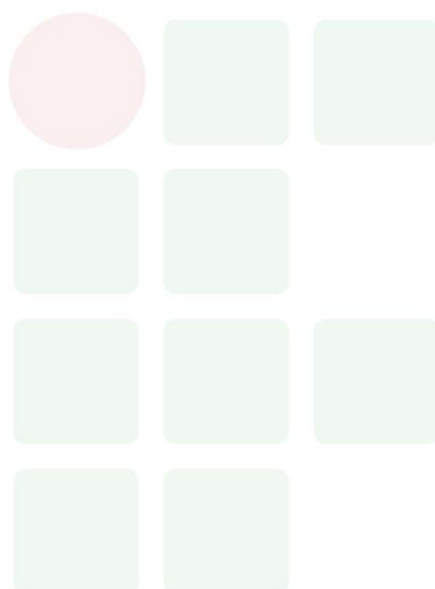
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	<b>Empreendedorismo</b>					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	20	20	-	2	40	
<b>EMENTA</b>						
Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.						
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>						
Profissional graduado na área de Administração, Economia ou Computação, com conhecimento em empreendedorismo de base tecnológica.						
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>						
São área de integração o Projeto Integrador 2, Interação Homem-Computador, Programação Web e Relações Interpessoais e Ética.						
<b>PROGRAMA</b>						
<b>OBJETIVO GERAL:</b>						
Fornecer uma visão geral sobre empreendedorismo de base tecnológica. Despertar o espírito empreendedor dos discentes.						
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fornecer aos discentes conceitos sobre empreendedorismo.</li> <li>2. Capacitar os alunos sobre o processo de elaboração do plano de negócio de uma empresa de base tecnológica.</li> <li>3. Identificar oportunidades de negócios na sua região.</li> </ol>						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por que estudar administração                         <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Conceitos de gestão</li> <li>1.2. As funções do Administrador</li> <li>1.3. Finalidades e importância da administração para os empreendimentos humanos</li> <li>1.4. Importância do Relacionamento Interpessoal para as empresas</li> <li>1.5. O processo de Comunicação</li> <li>1.6. Liderança e Motivação</li> </ol> </li> <li>2. Introdução ao Empreendedorismo                         <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Conceitos sobre empreendedorismo.</li> <li>2.2. Cenário brasileiro para o empreendedorismo</li> <li>2.3. Instituições e entidades promotoras do empreendedorismo</li> <li>2.4. As incubadoras de empresa</li> <li>2.5. O empreendedorismo e a mentalidade empreendedora.</li> <li>2.6. Empreendedor X empresário</li> <li>2.7. Características do empreendedor de sucesso</li> </ol> </li> </ol>						


<ul style="list-style-type: none"> <li>2.8. Perfil do empreendedor.</li> <li>3. Identificando Ideais e Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1. O que são ideias</li> <li>3.2. O que são oportunidades</li> <li>3.3. Como diferenciar IDEIAS de OPORTUNIDADES?</li> <li>3.4. Principais erros cometidos por quem quer empreender</li> </ul> </li> <li>4. Empreendedorismo e Tecnologia <ul style="list-style-type: none"> <li>4.1. Empreendedorismo de base tecnológica.</li> <li>4.2. Inovação e Tecnologia.</li> <li>4.3. Startups.</li> </ul> </li> <li>5. Oportunidades – Modelo Timmons <ul style="list-style-type: none"> <li>5.1. Identificando e análise de oportunidades</li> <li>5.2. Tipos de empreendedorismo: corporativo, start-up, social. Tipos de empresas</li> <li>5.3. A sociedade em rede, formação de alianças.</li> <li>5.4. Internet: o mundo web para negócios</li> <li>5.5. Empreendedorismo internacional: fontes e formas da internacionalização do empreendimento</li> </ul> </li> <li>6. O Processo empreendedor <ul style="list-style-type: none"> <li>6.1. Conceituação e importância</li> <li>6.2. Elementos para o processo em empreendedor</li> <li>6.3. Fases do processo empreendedor</li> </ul> </li> <li>7. Plano de Negócios <ul style="list-style-type: none"> <li>7.1. O que é um Plano de Negócios.</li> <li>7.2. Características do plano de negócios</li> <li>7.3. Importância do plano de negócios</li> <li>7.4. Ferramentas de elaboração de Plano de Negócios.</li> <li>7.5. Execução do plano de negócios</li> </ul> </li> <li>8. Inovação <ul style="list-style-type: none"> <li>8.1. Conceitos</li> <li>8.2. Tipos de inovação</li> <li>8.3. Inovação e estratégia</li> <li>8.4. Gerenciando a inovação</li> <li>8.5. Medidas e estratégia de inovação</li> <li>8.6. Inovação e desenvolvimento econômico</li> <li>8.7. Sistemas de inovação</li> </ul> </li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<p>DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p> <p>CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia compreensivo para iniciar e tocar sem próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>CASTRO, Mariana. Empreendedorismo Criativo. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2014.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>AQUINO. Soraya, Farias de. Empreendedorismo e Educação. Manaus, BK editora, 2008.</p> <p>DRUCKER, P.F., Inovação e espírito empreendedor, 2ª edição, Pioneira, São Paulo, 1987.</p> <p>LOPES. Rose Mary A. Educação Empreendedora. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.</p> <p>TOLOTTI, Marcia. Empreendedorismo: Decolando para o futuro. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.</p> <p>NASCIMENTO E SILVA, Daniel. Lições de Gestão e Empreendedorismo. São Paulo: Scortecci, 2014.</p>



ELABORADO POR:
----------------

Comissão de Harmonização das Matrizes
---------------------------------------

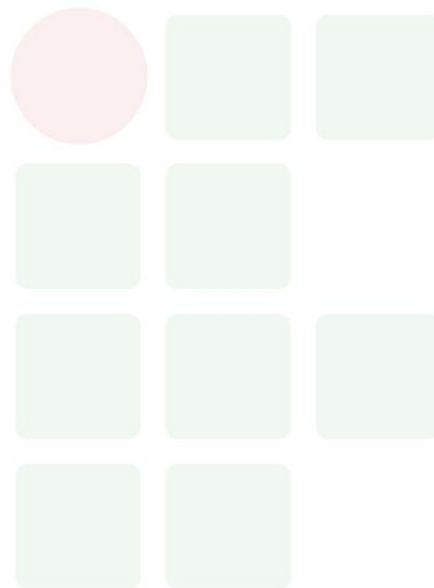


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<b>Projeto Integrador II</b>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
<b>EMENTA</b>					
Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.					
<b>PERFIL PROFISSIONAL</b>					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
<b>ÁREAS DE INTEGRAÇÃO</b>					
A disciplina possui integração com todas as disciplinas estudadas no 3º módulo.					
<b>PROGRAMA</b>					
<b>OBJETIVO GERAL:</b>					
Despertar no discente a importância de se elaborar um projeto em informática.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b>					
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar um projeto que integre as disciplinas do 3º módulo do Curso.</li> <li>2. Elaborar um projeto seguindo as normas técnicas.</li> <li>3. Acompanhar a execução de um projeto.</li> </ol>					
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>					
Conteúdo programático a critério do professor, desde que apresente o roteiro e critérios para a elaboração de um projeto envolvendo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>					
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>					
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.					
<b>ELABORADO POR:</b>					
Comissão de Harmonização das Matrizes					

---

## ANEXOS

---



## ANEXO A – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

### 1. Natureza das Atividades Complementares

As atividades complementares estão implantadas na estrutura do currículo pedagógico de cada curso, como componente do histórico escolar e compreendem qualquer atividade relacionada ao **ENSINO, EXTENSÃO e PESQUISA**. Para fortalecimento das relações Comunidade/Instituição, as atividades complementares visam promover uma efetiva integração do currículo, sob a perspectiva de conciliar a teoria e a prática, contribuindo com o processo ensino-aprendizagem.

### 2. OBJETIVOS

- Contribuir para a formação humana e profissional do aluno, constituindo-se de experiências diversificadas que não façam parte das disciplinas curriculares, mas que apresentam relação com a área de conhecimento do curso e, para o curso proposto nesse Projeto Pedagógico, torna-se obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 100 horas.
- Estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo com relação ao mundo do trabalho.

### 3. REGRAS BÁSICAS

- O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas em atividades complementares especificado na matriz curricular do curso.
- É dever do aluno, reunir os comprovantes das atividades realizadas, tais como: declarações, certificados, atestados e relatórios redigidos de próprio punho em formulários próprios, disponibilizados no Protocolo. O relatório deve apresentar um descritivo claro e consistente da atividade problematizando, interpretando e relatando o conteúdo adquirido e a contribuição para sua formação. Com exceção do relatório que deverá ser apresentado em uma única via, os demais documentos comprobatórios,

deverão ser apresentados ao Protocolo, impreterivelmente no mesmo semestre de sua realização, acompanhados de uma fotocópia que, após conferida com o documento original, será encaminhada ao Supervisor das atividades do Curso para validação e arquivamento.

- Para comprovação e garantia de autenticidade das atividades complementares realizadas fora do campus, deverão ser anexados o máximo de comprovantes, como: material informativo do evento ou atividade; programação e carga horária; ramo de atuação, endereço e telefone da entidade; cópia da ficha de inscrição (se for o caso); comprovante de pagamento (se for o caso) e declaração de participação.
- No caso de voluntariado em atividades filantrópicas, o aluno deve apresentar um Projeto que comprove a aderência com as diretrizes curriculares do curso, que sintetize os aspectos gerais da atividade, com cronograma de trabalho, os horários das atividades e os dados da entidade filantrópica. Ao final das atividades o aluno deverá apresentar um Relatório digitado contendo descrição detalhada da entidade, relação das atividades realizadas e um relato sobre sua experiência e a contribuição da atividade para sua formação profissional e pessoal. O aluno deverá apresentar também uma Declaração ou certificado (em papel timbrado e assinado pelo declarante com autonomia e carimbo) emitido pela entidade filantrópica endossando as atividades desenvolvidas.
- As atividades de pesquisa deverão ser atestadas pelo professor coordenador da pesquisa.
- As tarefas desempenhadas em Estágio Curricular Supervisionado (obrigatório) não serão computadas como atividades complementares.
- A participação em eventos científicos deve ser comprovada por meio do certificado de participação que deve conter, obrigatoriamente, o nome do evento, o nome do participante, o local, a data em que foi realizado, a carga horária e a assinatura do responsável pelo evento;
- A monitoria de ensino deve ser comprovada por meio de declaração emitida pela unidade responsável pela disciplina, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do monitor, o nome da disciplina em que atuou, o local, a data (de

início e fim) em que foi realizada a monitoria, a carga horária, e a assinatura do diretor da unidade de oferta da disciplina;

- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de ensino deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de extensão deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de pesquisa deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- As atividades de Iniciação Científica devem ser comprovadas por meio de declaração emitida pelo órgão competente, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, o título do projeto, a data de início e fim da Iniciação e a assinatura do responsável;
- A publicação de trabalhos científicos deve ser comprovada por meio de cópia do trabalho publicado ou de documento que comprove o seu aceite para a publicação;
- A participação em órgãos colegiados deve ser comprovada por meio de declaração ou termo de posse emitida pelo órgão competente, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, o nome do órgão colegiado, a data de nomeação e a assinatura do responsável;
- A participação em cursos pertinentes à área deve ser comprovada por meio do certificado de participação que deve conter, obrigatoriamente, o nome do evento, o nome do participante ou ministrante, o local, a data em que foi realizado, a carga horária e a assinatura do responsável pelo evento;



- As disciplinas cursadas como enriquecimento curricular devem ser comprovadas por meio de histórico escolar ou declaração do professor que ministrou a disciplina, declaração essa que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, a disciplina que cursou, a nota obtida e a carga horária da disciplina;
- As atividades referentes à prestação de serviços, na forma de treinamento e atividades específicas, como membro de mesa receptora de votos em eleições, devem ser comprovadas por meio de certificado ou declaração emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que deve conter a carga horária da prestação de serviços;
- Outras atividades deverão ser comprovadas por meio de documentos a serem definidos pelo Colegiado de Curso quando da avaliação do pedido feito pelo aluno.
- A carga horária obtida nas Atividades Complementares deve ser apreciada e homologada pela Coordenação de Curso para poder ser computada.
- Ao acadêmico concluinte das Atividades Complementares será atribuído o resultado final aprovado ou reprovado, a ser consignado em seu Histórico Escolar.
- Outras atividades não previstas neste Regulamento poderão ser computadas desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

#### **4. Procedimentos efetuados junto ao Protocolo**

- Recebimento de comprovantes originais, acompanhados de uma fotocópia das atividades complementares realizadas dentro e fora da Instituição.
- Encaminhamento de relatórios e comprovantes de atividades complementares para validação e deferimento de horas pelo Coordenador de Curso.
- Só será permitido protocolar documentação das Atividades Complementares, no mesmo semestre de sua realização tendo como data limite aquela de divulgação do resultado final, conforme Calendário Acadêmico.

- As horas complementares do aluno transferido serão deferidas pela Coordenação do Curso na Categoria Ensino, no momento da efetivação do processo de transferência, caso não haja especificação da categoria da Atividade Complementar. No caso de as horas complementares vierem especificadas por categoria Ensino, Pesquisa e Extensão, a coordenação do curso as deferirá respeitando as categorias.
- No caso de no histórico escolar do aluno transferido não constar suas horas de atividades complementares, o aluno transferido poderá protocolar a documentação de comprovação dessas atividades complementares no Protocolo Geral do CMC.

### 5. Relação de Atividades Complementares por Categoria de Ensino, Extensão e Pesquisa.

ENSINO = EN, EXTENSÃO = EX, PESQUISA = PE  
(obrigatoriamente com aderência ao curso)

CARGA HORÁRIA REQUERIDA PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Grupo	Atividade	Quantificação	Horas de Equivalência
		Nº horas pré-determinado por Curso	Nº horas pré-determinado por Curso
EN1	Monitoria	1 semestre	40 horas
EN2	Disciplinas extra curriculares não aproveitadas na grade do curso	1 semestre	30 horas
EN3	Curso presencial	1 semestre	60 horas
EN4	Estágio extra curricular	1 semestre	40 horas
EN5	Participação em defesa de monografia, TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado com apresentação de relatório	Todo o curso	20 horas
EN6	Participação em grupo de estudo formalizado na Instituição.	1 hora	1 hora
EN7	Participação em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário, congresso, simpósio, <i>workshop</i> , feira, treinamento, campanha e jornada)	1 hora	1 hora
EN8	Participação em cursos de extensão à distância	1 semestre	20 horas

EN9	Participação em visitas técnicas e viagens de intercâmbio, com apresentação de relatório	1 hora	1 hora
EX1	Participação como responsável em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário de curso, congresso, simpósio, <i>workshop</i> , feira, treinamento, campanha e jornada)	1 hora	1 hora
EX2	Participação em projetos de extensão institucionalizados (oferecidos por IES)	1 hora	1 hora
EX3	Participação como voluntário em ações sociais, filantrópicas, profissionais e comunitárias, legalmente instituídas	1 semestre	20 horas
EX4	Atuação em representações estudantis	1 semestre	10 horas
EX5	Participação na organização, planejamento e execução de serviços em eventos	1 hora	1 hora
EX6	Participação como jurado em sessão do tribunal de júri	1 dia	10 horas
EX7	Participação em atividades do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)	1 semestre	25 horas
EX8	Participação como co-responsável por viagem de intercâmbio e visita técnica	1 hora	1 hora
EX9	Representação de acadêmicos no Conselho Discente	1 semestre	20 horas
PE1	Participação em projetos de pesquisa institucionalizados	1 Projeto por semestre	40 horas
PE2	Participação em projetos de iniciação científica	1 Projeto por semestre	30 horas
PE3	Autoria e co-autoria em livros, capítulos de livros e revistas	1 Artigo /por semestre	15 horas
PE4	Participação em grupo de pesquisa	Grupo por semestre	10 horas
PE5	Elaboração e apresentação de resumos ou artigos em anais de eventos científicos	1 Artigo ou 1 resumo por semestre	30 horas
PE6	Elaboração e apresentação de trabalhos em exposições, feiras e mostras de trabalhos acadêmicos	1 Trabalho / semestre	30 horas
<b>Legenda: EN – Ensino – EX – Extensão – PE – Pesquisa</b>			

**Legenda:**



Ensino



Pesquisa



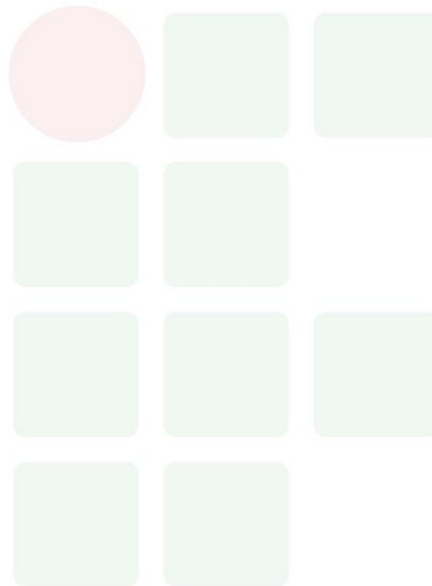
Extensão

## ANEXO B – RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Apresentação do relatório final de estágio deverá cumprir normas estabelecidas, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade profissional do estagiário durante o período de estágio.

Item	Descrição
<b>Capa</b>	Deve constar o nome da Instituição, Departamento Acadêmico ao qual está vinculado, nome, data, habilitação técnica e número de matrícula fornecido pelo CIE-E;
<b>Índice</b>	É o sumário constando todas as partes do relatório. As páginas deverão estar numeradas;
<b>Identificação</b>	Informações sobre o estagiário, endereço, curso e ano de conclusão. Identificação da Empresa: endereço, telefone, e-mail, setor onde estagiou, período do estágio (início, término e duração).
<b>Introdução</b>	Relatar o processo de seleção pelo qual passou para ser admitido como estagiário; caracterizar a empresa onde estagiou, quanto o processo produtivo, sistema de gestão, processo de capacitação adotado, dentre outras informações.
<b>Desenvolvimento</b>	Abrange todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário o que fez, como fez, local, instrumentos ou equipamentos utilizados, participação em projetos ou cursos, e demais características técnicas do trabalho; facilidade ou dificuldade de adaptação, experiência adquirida, entre outros.
<b>Conclusão</b>	Avaliação do estágio analisando criticamente as atividades desenvolvidas e apresentando sugestões, quando necessário.
<b>Referências</b>	O aluno deverá listar, conforme normas da ABNT, as

	referências que utilizou para escrever o seu relatório. Caso não tenha utilizado nenhuma referência, não precisa incluir este item.
<b>Anexos</b>	Caso seja necessário, o aluno pode incluir no relatório algum tipo de documento, como, por exemplo, as telas principais do sistema que desenvolveu, deve apresentá-los como anexos ao seu relatório. Esta parte não é obrigatória.



## ANEXO C– ORIENTAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O novo projeto de curso modifica a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Informática, com o acréscimo de novos componentes curriculares; supressão de outros componentes curriculares; modificação de ementas e cargas horárias; inclusão de componentes curriculares ministrados na modalidade EaD; entre outras.

Considera-se, desta forma, Transição Curricular o período temporal entre a implantação de uma nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular do PPC vigente. A Migração Curricular, por sua vez, consiste na mudança do estudante da matriz curricular em extinção para a matriz curricular nova durante o período de transição curricular, não podendo ser revertida.

Durante a transição curricular, podem ocorrer as seguintes situações:

- i. A migração do estudante para a nova matriz curricular;
- ii. Ingresso automático do estudante na matriz curricular nova;
- iii. Permanência do estudante na matriz curricular em extinção.

A migração curricular poderá ser feita de três maneiras:

1. **Opcional:** por meio de preenchimento de um requerimento para migração curricular (Modelo no anexo D), wue expressa a intenção da migração para um novo projeto de curso;
2. **Obrigatório:** Quando o componente curricular em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC; ou após o trancamento de matrícula, por retorno do estudante ao curso sem ter cursado os componentes curriculares extintos, como nos casos de readmissão;
3. **Ingresso automático:** O ingresso automático ocorrerá por meio de processos seletivos como vestibulares, SISU, transferências e retornos, reingresso, dentre outros casos similares.

**Processo e Procedimentos referentes à transição e migração curricular:**



A Coordenações de Cursos Técnico de Informática, apoiado pela chefias de Departamento e Diretoria de Ensino, deverão realizar eventos ou reuniões com os estudantes, turma a turma, preferencialmente, para apresentar o novo Projeto Pedagógico de Curso e os procedimentos para migração curricular.

O novo projeto deve ser encaminhado para todos os estudantes do Curso para que conheçam a proposta em profundidade e façam a sua escolha.

As dúvidas dos estudantes interessados pelo processo de migração opcional devem ser dirimidas, para que tenham clareza das vantagens e consequências de sua escolha, pela necessidade de realizar, casualmente, complementação de carga horária para dispensa de componentes.

A Tabela 1 apresenta a tabela de equivalência dos componentes curriculares indicando quais componentes da nova matriz curricular correspondem aos da matriz curricular em extinção, conforme análise realizada pelo Colegiado de Curso.

Tabela 1 – Equivalência entre componentes curriculares da nova matriz e da matriz curricular em extinção

Nova Matriz Curricular			Matriz Curricular em Extinção		
PERÍODO /MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH	PERÍODO /MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH
1	Informática Básica	40	1	Operações de Aplicativos	60
1	Algoritmo e Lógica de Programação	80	1	Lógica e Técnica de Programação	100
1	Inglês Aplicado	40	1	Inglês Instrumental	40
1	Português Aplicado	40	1	Português Instrumental	40
1	Montagem e Manutenção de Computadores	80	1	Organização de Computadores e Instalação de Hardware e Software	80
1	Matemática Aplicada	40			
1	Fundamentos de Redes de Computadores	80	4	Introdução à Rede de Computadores	80
2	Estrutura de Dados	80	2	Estrutura de Dados	80
2	Meio Ambiente, Saúde e Segurança	40	1	Gestão e Segurança no Trabalho	40
2	Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	40	2	Banco de Dados I	100
2	Fundamentos de Sistemas Operacionais	40	2	Sistemas Operacionais	40
2	Programação Orientada a Objetos	80	3	Linguagem de Programação II	120
2	Introdução a Análise de Sistemas	80	2	Introdução à Análise de Sistemas	80
2	Projeto Integrador 1	40			
3	Relações Interpessoais e Ética	40	3	Ética, Cidadania e Meio Ambiente	40
3	Programação para dispositivos	80	4	Linguagem de	100

	móveis			Programação III	
3	Programação em Banco de Dados	80	3	Banco de Dados II	80
3	Interação Homem-Computador	40	3	Projeto de Interação Homem-Máquina	40
3	Programação Web	80	4	Desenvolvimento de Aplicações Web	100
3	Empreendedorismo	40	4	Empreendedorismo e Cooperativismo	40
3	Projeto Integrador 2	40			
			2	Linguagem de Programação I	80
			3	Teste de Software	40

Ao realizar a transição curricular, o estudante ou responsável legal no caso de menores de idade, deve assinar um Termo de migração de Currículo, declarando conhecer as regras de migração curricular.

Em caráter excepcional, componentes curriculares em extinção podem ser oferecidos em uma turma especial ou na modalidade de Educação a Distância, desde que tenha demanda para sua realização e capacidade de oferta pela instituição.

A extinção da matriz curricular vigente está previsto para o final do período letivo de 2018/2. A nova Matriz Curricular será implantada para o 1º Semestre de 2019, correndo todos os trâmites institucionais.

O prazo para extinção da matriz curricular antiga que continuar com estudantes vinculados e que não optaram pela migração curricular, deve obedecer ao critério de oferta regular dos semestres posteriores ao que os estudantes se encontram, sendo a matriz curricular replicada mais uma única vez, exceto as disciplinas que tenham equivalência na nova matriz curricular, de acordo com o período regular de oferta dos semestres do curso.

Os estudantes que desejarem migrar para a nova estrutura curricular deverá fazer sua opção até o final do período letivo de 2018.

**ANEXO D – REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR**

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula N° \_\_\_\_\_, RG N° \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_, CPF N° \_\_\_\_\_, ingressante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus-Centro no ano de \_\_\_\_\_, no Curso Técnico Subsequente em Informática, solicito migrar para o novo Projeto Pedagógico do Curso – 2019, a partir de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome Completo

N° de matrícula e assinatura do/a docente do IFAM

De acordo,

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Curso